

Sistematização do Método *Djuntu*



Financiado pela
União Europeia



Sistematização do Método Djuntu

Ficha Técnica



Um programa da União Europeia
Ação implementada pelo IMVF

Um Programa da União Europeia Ação Implementada pelo IMVF

Sobre o Ianda Guiné! Djuntu:

Trata-se de uma das ações do Ianda Guiné!, um programa da União Europeia, que confere oportunidades sociais e económicas à população da Guiné-Bissau. A Ação Ianda Guiné! Djuntu apoia os Coletivos de Cidadãos Organizados (CCO) da Guiné-Bissau na identificação e implementação de soluções para os problemas da própria comunidade, facilitando a sua participação na resolução dos desafios nacionais.

Sobre o Instituto Marquês de Valle Flôr

Criado em 1951 como instituição privada de utilidade pública, o IMVF é uma Fundação para o desenvolvimento e a cooperação, tendo iniciado atividade como ONGD em 1988 em São Tomé e Príncipe. O IMVF tem como propósito a promoção da dignidade humana, o apoio às populações mais vulneráveis, o empoderamento de comunidades, entidades públicas e sociedade civil, e o contributo para um planeta mais sustentável. A ação do IMVF rege-se pelos valores da solidariedade, da igualdade de género, da sustentabilidade, do rigor e da transparência, tendo sempre como preocupação a prossecução de boas práticas. O IMVF é uma entidade de referência nos domínios da cooperação, da cidadania global e da reflexão sobre o desenvolvimento.

Autores:

Ana Assunção, Cadidjato Candé,
Cláudia Pedra, Mariana Segre e
Patrice dos Santos

Produzido por:

Stone Soup Consulting

Publicado por:

Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)
no âmbito do projeto Ianda Guiné!
Djuntu

Layout:

Daniel Mendes

Impressão:

A Cor Laranja

Tiragem:

400 exemplares

Sobre a Stone Soup Consulting:

Fundada em 2008, a Stone Soup Consulting é uma empresa social de consultoria estratégica, cuja missão é maximizar o impacto social de organizações e iniciativas sociais. Organizada como uma rede de consultores, a empresa trabalha com vários tipos de organizações que estão interessadas em aumentar o seu valor social. Atuando em parceria e não num papel meramente consultivo, a Stone Soup Consulting é capaz de ajudar estas organizações a maximizar o seu valor social.

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos onde se lê "o" deve ler-se também "a" sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.

Publicado em novembro de 2024

Índice

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO. | 7 |
| METODOLOGIA DESTE ESTUDO. | 8 |
| CAPÍTULO 1. Conceito e origem do Método <i>Djuntu</i> | 9 |
| 1.1. O que é? | 10 |
| 1.2. Como surge?..... | 11 |
| 1.3. Porque é importante? | 13 |
| 1.4. Pilares do Método..... | 15 |
| 1.5. Onde está a ser implementado? | 16 |
| CAPÍTULO 2. Implementação do Método <i>Djuntu</i> | 18 |
| 2.1. Qual a estrutura necessária à implementação do Método <i>Djuntu</i> ?..... | 19 |
| 2.2. Quais os recursos necessários à implementação do Método <i>Djuntu</i> ? | 20 |
| 2.3. Qual o calendário de implementação? | 21 |
| 2.4. O Método <i>Djuntu</i> : Passo a Passo..... | 21 |
| CAPÍTULO 3. Boas práticas e impactos do Método <i>Djuntu</i> | 50 |
| 3.1. Aprendizagens e melhoria contínua | 51 |
| 3.2. Aprendizagens interpares | 59 |
| 3.3. Mecanismos de controlo financeiro | 59 |
| 3.4. Processos participativos induzidos..... | 61 |
| 3.5. Avaliação dos resultados alcançados | 63 |
| 3.6. Mecanismo SER..... | 70 |
| 3.7. Reforço de capacidade das organizações na resolução de problemas e gestão dos recursos locais | 71 |
| 3.8. Informação sobre as necessidades locais prioritárias..... | 71 |
| 3.9. Promoção de lideranças femininas e juvenis..... | 73 |

Índice

| | |
|--|-----------|
| 3.10. Alinhamento dos projetos com Planos e sinergia com estruturas locais | 74 |
| 3.11. Plano de Sustentabilidade do Método <i>Djuntu</i> | 75 |
| 3.12. Impacto na economia local (Bens e serviços) | 76 |
| CAPÍTULO 4. Gestão do projeto e o Método | 78 |
| 4.1. Estágios | 79 |
| 4.2. Género e acessibilidade | 80 |
| 4.3. Parcerias estratégicas | 81 |
| 4.4. Monitorização e avaliação | 85 |
| CAPÍTULO 5. Sistema de informação e ferramentas de suporte | 86 |
| 5.1. Sistema de Informação do Projeto (SIP) | 87 |
| 5.2. Sistema de Informação dos Planos e Projetos (SIPP) | 90 |
| ANEXOS. | 91 |

Lista de abreviaturas

ACRÓNIMOS

| | |
|---------|---|
| AR | Assistente Regional |
| CR | Centros de Recursos |
| CCO | Coletivos de Cidadãos Organizados |
| CG | Coordenador Geral |
| CGAP | Coordenador do Gabinete de Apoio Permanente |
| DGCANG | Direção Geral de Coordenação da Ajuda Não Governamental |
| DUE | Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau |
| ENP-SAB | Escritório Nacional de Projeto-Setor Autónomo de Bissau |
| ER | Escritórios Regionais |
| GAP | Gabinete de Apoio Permanente |
| GF | Gestor Financeiro |
| IG!D | Ianda Guiné! Djuntu |
| IMVF | Instituto Marquês de Valle Flôr |
| OSC | Organizações da Sociedade Civil |
| OBC | Organizações de Base Comunitária |
| PDL | Plano de Desenvolvimento Local |
| PDR | Planos de Desenvolvimento Regional |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| QL | Quadro Lógico |
| SIP | Sistema de Informação do Projeto |
| SIPP | Sistema de Informação de Planos e Projetos |
| TC | Técnico de Comunicação |
| TdR | Termos de Referência |
| TR | Técnicos Regionais |
| TRA | Técnicos de Receção e Avaliação |
| TRI | Técnicos de Reforço Institucional |
| TSE | Técnicos de Seguimento |
| UdC | Unidade de Coordenação |
| UE | União Europeia |

Introdução

No panorama dos esforços para o desenvolvimento, a capacitação dos cidadãos é fundamental para promover mudanças sustentáveis. Em contextos como o da Guiné-Bissau, de diversidade cultural e desafios socioeconómicos, a capacitação de cidadãos e organizações mostra-se fundamental para fomentar uma mudança positiva e duradoura.

O Método *Djuntu* é uma ferramenta para capacitar Organizações de Base Comunitária (OBC)¹ com competências e meios para encontrarem soluções para os desafios dentro das suas comunidades. Desenhado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) no âmbito do programa landa Guiné! da União Europeia, o Método *Djuntu* possui uma abordagem inovadora e estruturada, que garante não só a sua eficácia, mas também a sua adaptabilidade a diferentes contextos comunitários.

Após cinco anos de implementação do Método *Djuntu* na Guiné-Bissau, este estudo tem como objetivo documentar o Método, apresentando passo a passo da sua implementação, incluindo as várias etapas, as ferramentas utilizadas em cada etapa, as melhores práticas adotadas, as principais aprendizagens obtidas e, finalmente, alguns dos principais resultados alcançados. Ao examinar a jornada da implementação do

Método *Djuntu*, procuramos extrair conhecimentos que podem informar futuros esforços de desenvolvimento e contribuir para o empoderamento contínuo das comunidades da Guiné-Bissau e noutros contextos onde o Método possa a vir a ser implementado.

Em primeiro lugar, apresenta-se o Método, as suas particularidades, estrutura, pilares e territórios de implementação (Capítulo 1). De seguida, no Capítulo 2, são delineadas as estruturas e recursos utilizados para a implementação do Método, juntamente com um passo a passo para a sua implementação, com vista à sua replicação noutros contextos. O Capítulo 3 aborda as boas práticas observadas na implementação do Método *Djuntu* na Guiné-Bissau, como a flexibilização de procedimentos e critérios para elegibilidade das OBC não legalizadas, envolvimento da comunidade em todas as etapas do processo, enfoque na aprendizagem e melhoria contínua, promoção de processos participativos, fomento de lideranças locais, entre outros. No Capítulo 4, são discutidos os mecanismos de gestão do Método empregados no contexto guineense. Por fim, o último Capítulo aborda os sistemas de gestão da informação e de suporte utilizados durante a implementação do Método *Djuntu*.

¹ Na implementação do Método foi adotado o termo CCO (Coletivos de Cidadãos Organizados) referindo-se a todas as entidades civis compostas por pessoas interessadas em agir para resolver um ou mais problemas que afetam uma determinada comunidade. Estas entidades, legalizadas ou não, não devem ter fins lucrativos, e devem ser reconhecidas por parte dos membros da sua comunidade, por terem realizado algum trabalho com impacto positivo, que possa ser testemunhado por todos os interessados. Não obstante, a essência desta terminologia pode também ser equiparada à de Organizações de Base Comunitária (OBC), que utilizamos ao longo deste documento.

Metodologia

Este estudo foi realizado através de abordagens participativas, que valorizaram diálogos regulares com a equipa de implementação no terreno e reuniões intercalares de retroalimentação e monitorização. Além da constante interação e trocas com a equipa no terreno, a Stone Soup Consulting realizou ciclos de recolha e análise de dados, que incluíram visitas técnicas (missões) à Guiné-Bissau, entrevistas (remotas) com atores chave da Ação Ianda Guiné! *Djuntu* e pesquisas de *benchmarking*.

As visitas técnicas permitiram à equipa da Stone Soup Consulting a observação sistémica e aprofundada dos processos e atividades principais do Método *Djuntu*. Seguindo o programa de atividades acordado com a equipa no terreno, a Stone Soup Consulting realizou oito visitas técnicas à Ação IG!D: em fevereiro, maio, agosto, outubro e dezembro de 2021, julho e novembro de 2022, e abril de 2023. Foram ainda feitas observações regulares por parte da consultora local à implementação do Método nas várias comunidades.





7

**Conceito e
origem do
Método *Djuntu***

Conceito e origem do Método *Djuntu*

Este primeiro capítulo, "Conceito e origem do Método *Djuntu*", apresenta os fundamentos do Método *Djuntu*, um sistema de gestão participativa de projetos. O capítulo explora a definição do Método, as suas origens e destaca a sua relevância. Também identifica os pilares que sustentam o Método *Djuntu*. O leitor é guiado através das

etapas detalhadas do Método, desde a fase de divulgação inicial até à aprendizagem entre pares. O capítulo analisa também a implementação do Método, a estrutura e os recursos técnicos necessários e fornece informações sobre o calendário de implementação e apreciação dos projetos apoiados.

O que é?

O Método *Djuntu* é uma metodologia de reforço e apoio às Organizações da Sociedade Civil (OSC) que compreende um conjunto de ações e ferramentas desenhadas, de forma a tornar os membros da sua organização e as suas comunidades protagonistas na resolução de problemas locais.

Assim, o Método *Djuntu* caracteriza-se por colocar o protagonismo nos cidadãos, estando especialmente orientado para as Organizações de Base Comunitária (OBS) e para as suas comunidades. Através de uma abordagem participativa de *bottom-up* (de baixo para cima) auxiliado de ações concretas e ferramentas simplificadas, permite:

- 1) que os membros das organizações e as comunidades tenham informação e conhecimento para aplicar o Método;
- 2) que se identifiquem problemas comunitários e soluções, de forma coerente e participativa;

- 3) que sejam apresentadas propostas conforme os critérios definidos e com qualidade técnica;

- 4) que sejam selecionadas propostas apresentadas pelas próprias comunidades e relevantes para o seu desenvolvimento;

- 5) que as propostas selecionadas sejam implementadas pelos membros das organizações, com o envolvimento direto e ativo dos beneficiários;

6) que exista avaliação e prestação de contas, garantindo a responsabilidade sobre o processo e a transparência perante todos os intervenientes;

7) que haja uma apropriação efetiva por parte da comunidade, com implementação de mecanismos de sustentabilidade.

Portanto, o Método *Djuntu* foi criado para responder, simultaneamente, a dois propósitos: (1) promover formas inovadoras de alcançar melhores resultados das intervenções por via do apoio a projetos identificados e executados de forma participativa pela comunidade; e (2) responder à expectativa dos beneficiários, que têm, assim, oportunidade de resolver problemas comunitários, participando ativamente no seu próprio desenvolvimento.

Como surge?

No âmbito da Ação *landa Guiné! Djuntu* do Programa da União Europeia *landa Guiné!* foi necessário pensar e desenvolver uma metodologia adaptada, para atingir os objetivos da Ação, orientada a reforçar a participação e atuação da sociedade civil, especialmente as OBC, na identificação e resolução dos seus problemas. Tendo em conta o historial de trabalho do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) com a sociedade civil guineense em diversos projetos nomeadamente o Projeto *Nô Na Tisi Nô Futuro* (20072009), o UE-PAANE Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “*Nô Pintcha Pa Dizinvimentu*” e o UE-PAANE “*Fase di Kambansa*” (20112016), bem como o UE-ACTIVA: Eixo 1 (20152019), o Método *Djuntu* foi desenvolvido a partir das experiências acumuladas ao longo dos anos pelo IMVF.

O Método *Djuntu* foi criado entre 2019 e 2020 na Guiné-Bissau pelo IMVF, testado e implementado entre 2020 e 2024 em todo o país. No total 1 379 organizações receberam capacitação sobre o método, realizaram o diagnóstico com recurso às Fichas de Identificação de Problema e Solução (FIPS) com base nos procedimentos do Método *Djuntu*, abrangendo todos os setores geográficos do país. Durante este período, o Gabinete de Apoio Permanente (GAP) recebeu 1 516 propostas, das quais 458 foram financiadas, abrangendo as fases de assinatura de contrato, implementação, elaboração de relatórios e prestação de contas realizadas durante a visita final.

| | Quinara | Biombo | SAB | Tombali | Bafatá | Gabú | Cacheu | Oio | Bolama /Bijagós | Total |
|---|---------|--------|-----|---------|--------|------|--------|-----|-----------------|-------------|
| Nº de propostas recebidas | 100 | 87 | 185 | 94 | 198 | 345 | 166 | 215 | 126 | 1516 |
| Nº de propostas elegíveis e conforme administrativamente | 82 | 72 | 161 | 73 | 182 | 326 | 151 | 195 | 120 | 1362 |
| Nº de propostas com qualidade satisfatória (>80% de pontuação) | 54 | 41 | 79 | 57 | 113 | 187 | 90 | 145 | 67 | 833 |
| Nº de propostas validadas pelos beneficiários diretos e indiretos | 34 | 23 | 34 | 31 | 57 | 116 | 48 | 89 | 38 | 470 |
| Nº de propostas financiadas | 34 | 23 | 32 | 30 | 57 | 114 | 47 | 85 | 36 | 458 |

Assim, o Método Djuntu surgiu como uma metodologia inovadora de reforço de capacidades, oferecendo apoio financeiro e técnico, com todas as fases de atribuição integradas (sessões de informação e esclarecimento, receção e avaliação,

contratação, acompanhamento e encerramento dos apoios), utilizando procedimentos e ferramentas desenvolvidas e adaptadas ao contexto local e ao público-alvo.



Porque é importante?

- **Comunidades mais empoderadas e resilientes**

O elemento distintivo do Método *Djuntu*, é a sua abordagem particular ao processo de reforço de capacidades dos membros das organizações e da comunidade. O Método atribui controlo direto de poder de decisão e gestão dos recursos aos cidadãos da comunidade. Esta abordagem, por um lado, faz com que as ações sejam decididas pelos próprios beneficiários, garantindo-se assim que as necessidades e ações identificadas

são legítimas e que representam as prioridades da comunidade. Por outro lado, leva a que as ações identificadas sejam implementadas pelos membros legítimos da comunidade garantindo-se assim maior participação, apropriação, responsabilidade e transparência. Este processo gera aprendizagens, mudança de comportamento (as comunidades assumem o papel de protagonistas), aumenta as competências e capacidade local, tornando assim, as comunidades mais resilientes e empoderadas.

- **Mecanismos de reforço e financiamento mais acessível**

Os mecanismos tradicionais de apoio disponíveis para as OSC, constituem barreiras de acesso às OBC ou organizações com pouca experiência em gestão de fundos. As organizações que têm funções de apoio às suas comunidades, precisam crescer porque ainda estão numa situação incipiente ou de existência instável e ficam anos nesta situação, numa condição de "letargia", à espera de oportunidade para crescer. O Método *Djuntu* foi a proposta encontrada para contornar alguns dos constrangimentos, com os quais as OBC, com menos experiência se deparam nos processos tradicionais de acesso ao financiamento e na execução das atividades. Assim, algumas especificidades deste Método são:

- 1) **Critérios de elegibilidade mais acessíveis:**

as organizações não precisam necessariamente de estar legalizadas, desde que tenham, no mínimo, um ano de existência e de experiência de trabalho na comunidade;

- 2) **Envolvimento e apropriação:**

todo o processo (desde o diagnóstico à formulação do projeto, da implementação ao reporte) está desenhado para garantir o envolvimento e apropriação da comunidade local;

- 3) **Ferramentas simplificadas:**

a formulação das candidaturas é feita através de ferramentas simples e guiadas para identificar o problema e a sua solução, de uma forma participativa junto da sua comunidade. Desta forma, pretende-se dar mais oportunidades às organizações sem muita experiência

na formulação de projetos;

4) Prazos de candidatura alargados:

o período de entrega das propostas é muito alargado, permitindo que o momento de apresentação da proposta seja flexível dentro do período definido;

5) Informação e capacitação

contínua: assegura os processos informativos e de capacitação de forma massiva e constante, através de sessões de esclarecimento e formações regulares junto das organizações e respetivas comunidades;

6) Propostas com qualidade: há um investimento na qualidade das candidaturas e das propostas, garantindo a melhoria constante da proposta, com processos de revisão contínuos, até esta ficar pronta para ser implementada;

7) Reforço extra: dá a possibilidade de conceder apoios extra “complementares” ao apoio inicial, para melhorar a *performance* e os resultados, assim como garantir a sustentabilidade dos projetos desenvolvidos;

8) Reforça da capacidade prática (fazendo e aprendendo): existe um elevado nível de acompanhamento e reforço das organizações no processo de execução, utilizando ferramentas simplificadas e guiadas para facilitar a execução e a posterior prestação de contas. Procura-se, ainda, que a própria comunidade acompanhe a execução do apoio.



- **Real potencial das comunidades**

Em termos de visão, o Método, permite a consciencialização do real potencial das comunidades, através do incentivo a ações coletivas concretas que visem a melhoria do bem-estar comum. As capacidades existentes dentro de uma determinada comunidade são identificadas, aproveitadas, valorizadas e reforçadas para resolver problemas coletivos e melhorar o bem-estar da comunidade. Assim, os processos do Método Djuntu promovem o empoderamento das organizações e das respetivas comunidades, permitindo que:

a) sejam capazes de identificar um problema coletivo e propor soluções participativas envolvendo toda a comunidade beneficiária;

b) sejam capazes de estruturar uma proposta de ação com qualidade, baseada nas necessidades identificadas e priorizadas pela comunidade beneficiária: justificar a proposta; definir orçamento (através de pesquisa de mercado); planificar as atividades e atribuir responsabilidades;

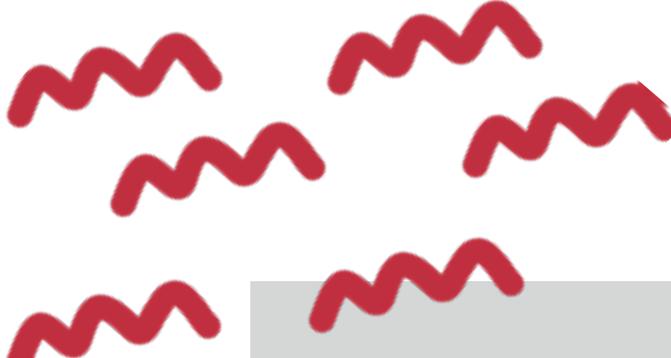
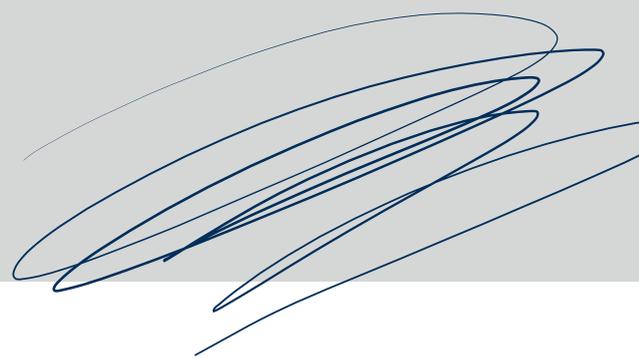
c) sejam capazes de implementar as ações e justificar todas as atividades e despesas através das fontes de verificação, recolhendo as peças justificativas das despesas conforme as regras do financiador;

d) sejam aptas para prestar contas aos beneficiários e apresentar um relatório narrativo e financeiro de qualidade para ao financiador.

Pilares do Método

Existe um grande desafio em garantir que as OSC sejam atores autónomos e com características próprias bem definidas evitando a sua transformação em “meros executores”. É importante garantir que não se força os diferentes atores a um único formato organizacional, conseguindo, simultaneamente, reforçar as suas capacidades.

Este desafio é ainda maior no caso das OBC, que contam com poucos meios e uma grande parte dos recursos humanos com muita vontade de atuar, mas com baixa literacia, sem experiência prévia em gestão de projetos e liderança comunitária. Empoderar os membros destas organizações para que sejam capazes de liderar todo o processo de tomada de decisão nas suas comunidades constitui a essência do Método *Djuntu* e que se baseia em cinco pilares principais:

- 
- **Reforço de conceitos teóricos, complementado com apoio à prática, ao longo de todo o processo de implementação;**
 - **Fundamentado na Participação coletiva, coresponsabilização e transparência;**
 - **Baseado na Valorização das capacidades e recursos locais;**
 - **Focado no Empoderamento de comunidades, especialmente grupos vulneráveis;**
 - **Orientado para a Promoção de comunidades mais resilientes e sustentáveis.**
- 

— Onde está a ser implementado?

O Método *Djuntu* foi implementado na Guiné-Bissau, em todo o território nacional. Mais de 15 000 pessoas receberam informação sobre o Método *Djuntu* e 5 263 receberam formação para aplicar as ferramentas do Método na fase de diagnóstico e elaboração da proposta. Como

resultado foram recebidas 1 516 propostas, das quais 458 foram apoiadas, o que se traduziu no apoio técnico e financeiro para a implementação dos projetos em causa.

2

Implementação do Método *Djuntu*

Implementação do Método *Djuntu*

Qual a estrutura necessária à implementação do Método *Djuntu*?

O Método *Djuntu* deverá ser implementado por meio do Gabinete de Apoio Permanente (GAP), estrutura responsável de coordenar, supervisionar, orientar e apoiar a implementação do Método. Este é supervisionado pela coordenação e apoiado pelos departamentos de administração, finanças e conhecimento, comunicação e parcerias. O GAP agrega as seguintes estruturas:

- **Coordenação:** Responsável pelas orientações estratégicas, planeamento e gestão das relações institucionais. Perfil: Coordenador.
- **Eixo de Subvenções:** Departamento responsável pela gestão dos processos do Método e gestão direta das subvenções que supervisiona a gestão descentralizada. Perfil: i) Gestor de subvenções, ii) Técnicos de Receção e Avaliação (TRA) das propostas.
- **Eixo de Reforço Institucional:** Departamento encarregue da gestão dos processos do Método e gestão direta de reforço institucional e formações. Concebe e ministra formações, internas e externas, o que inclui a concepção dos conteúdos, das dinâmicas, metodologias e preparação dos materiais necessários às formações. Também, assegura a formação de formadores. Perfil: i) Gestor de reforço institucional, ii) Técnico de Reforço Institucional.
- **Eixo de conhecimento, comunicação e parcerias:** Departamento com a finalidade de tratar de todas as questões ligadas à comunicação do Método, preocupando-se em dar visibilidade ao mesmo. Este grupo de trabalho pretende valorizar e divulgar o conhecimento adquirido e trabalha diretamente com os respetivos parceiros. Perfil: Gestor de conhecimento, comunicação e parcerias.
- **Escritórios Regionais (Equipa Local):** Estruturas regionais descentralizadas responsáveis pela gestão direta corrente dos processos do Método nas respetivas regiões. Os escritórios regionais possuem Centros de Recursos (CR), estrutura de suporte de proximidade às comunidades e às organizações interessadas e/ou que implementam ações financiadas através do Método *Djuntu*. Estes centros, dispõem de condições técnicas e materiais

que visam facilitar o trabalho de conceção, orientação, seguimento e avaliação de ações financiadas (ou a financiar) através do Método. A comunidade local pode também usar os CR como apoio à parte tecnológica (acesso

a internet e impressora). Os CR estão localizados em todos os escritórios regionais. Perfil: i) Técnico Regional, ii) Técnicos de Seguimento, iii) Assistente Administrativo.

Quais os recursos necessários à implementação do Método *Djuntu*?

Os recursos necessários para a implementação bem-sucedida e eficiente do Método incluem, mas não se limitam a, materiais, equipamentos, software e infraestruturas. Esses recursos são essenciais para garantir a execução eficaz das atividades e incluem:

Instalações, meios logísticos e equipamentos

- Edifício com espaço adequado (Escritórios e CR)
- Veículos (viaturas 4x4, motorizadas, bote)
- Móveis (cadeiras, mesas, armários, etc.)
- Equipamentos de escritório (computador, impressora, telemóvel, servidor, etc.)
- luz, água, e internet

Procedimentos e sistema de informação

- Manual de procedimentos e as ferramentas do Método *Djuntu*
- Sistema de Informação do Projeto (SIP)
- Sistema de Informação de Planos e Projetos (SIPP)

Comunicação e divulgação

- Página web
- Facebook
- E-mail
- Whatsapp (ou app equivalente)
- Serviços de rádios (comunicados, reportagens, etc.)

Sistema de contabilidade adaptado às necessidades do Método e descentralizado em polos regionais

- Plano de comunicação (que inclua comunicados, reportagens e meios de transmissão para essas mensagens)
- Página web e e-mail
- Redes sociais (Facebook, Whatsapp)



Qual o calendário de implementação?

O calendário para a implementação do Método Djuntu inclui os tempos necessários para a execução de

todas as fases e para garantir a sua conclusão dentro do prazo estabelecido.

| Fases | Principais atividades | Duração |
|--------------|---|---------------------|
| 1 | Divulgação, sessão de esclarecimentos | Mês 1 (1 dia) |
| 2 | Formação | Mês 1 (2 dias) |
| 3 | Elaboração e apresentação das propostas | Mês 2 e 3 (2 meses) |
| 4 | Avaliação, seleção e contratação | Mês 4 (1 mês) |
| 5 | Execução (6 meses) | Meses 5 - 14 |
| | Consolidação (2 meses) | |
| | Fecho: produção de relatório (2 mês) | |
| TOTAL | | 14 meses |

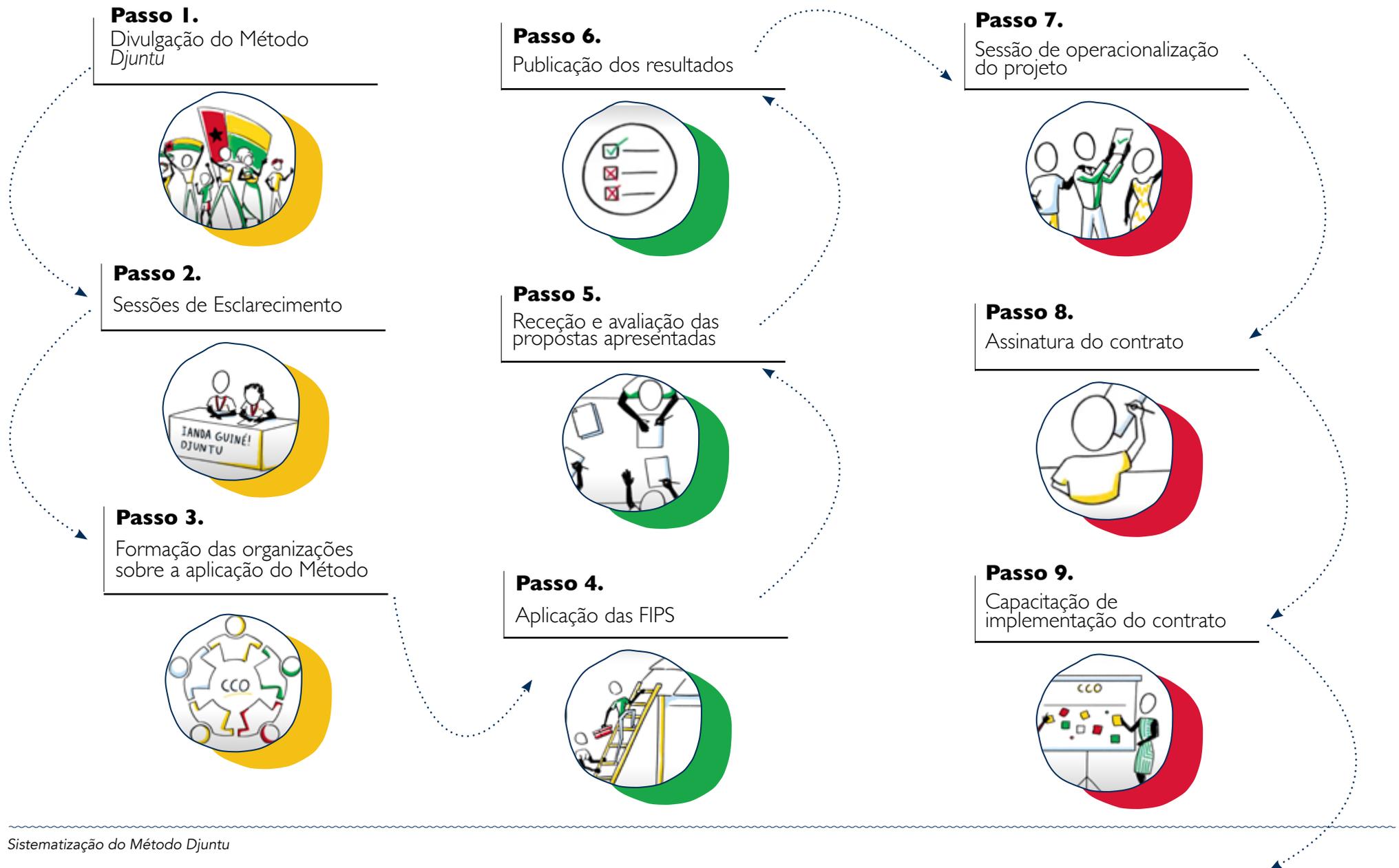
Nota: Estes tempos devem ser considerados indicados, podendo variar de acordo a cada situação.

O Método *Djuntu*: Passo a Passo

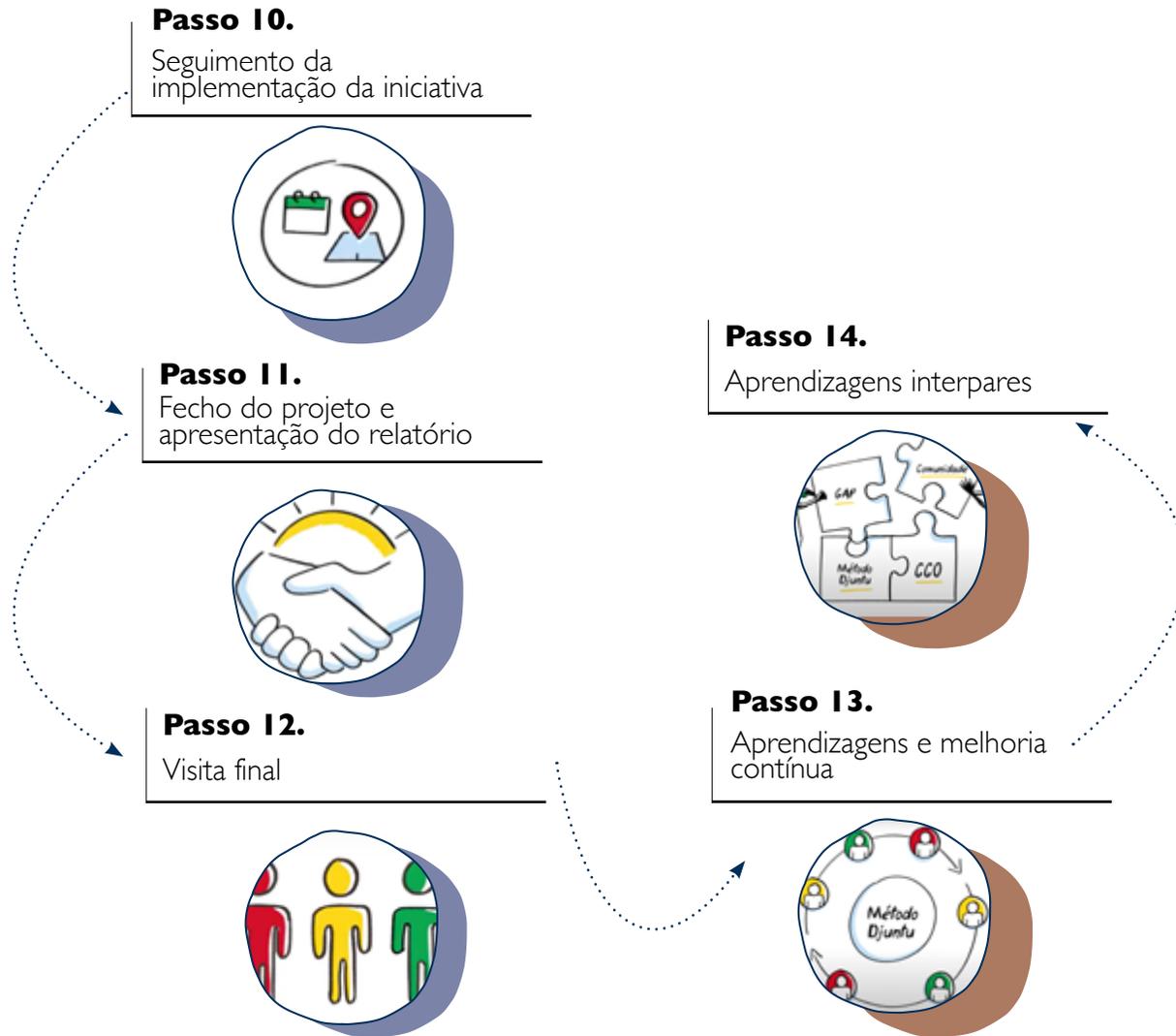
De seguida é apresentado um percurso detalhado da implementação do Método *Djuntu*. Neste guia passo a passo, são descritos os principais momentos do Método e as atividades correspondentes que darão suporte a cada fase de implementação.

Pretende-se, assim, dotar futuros atores sociais com o conhecimento e ferramentas essenciais para utilização do Método *Djuntu* em diferentes contextos.

O Método *Djuntu*: Passo a Passo



O Método *Djuntu*: Passo a Passo





Passo 1.

Divulgação do Método *Djuntu*

A divulgação permite informar sobre a realização das Sessões de Esclarecimento (SE), identificar o local, data e hora, bem como o objetivo das mesmas. Permite também, anunciar a existência do Método.

As atividades de divulgação do Método incluem, entre outros:

1.1. Planificação geral da estratégia de comunicação e dos meios a usar, revista periodicamente a cada 6 meses. Para esta planificação, a equipa local fornece informações importantes que permitem definir os melhores locais e momentos para organizar as SE e os meios de comunicação mais adequados;

1.2. Elaboração e aprovação do plano de divulgação e realização das SE. O plano é elaborado pela equipa local em colaboração com a equipa de comunicação e submetida para a aprovação dos Gestores e Coordenador do GAP. O plano aprovado serve de documento de base para a divulgação e realização das SE;

1.3. Validação do plano das SE, é feito com base no plano aprovado com eventual modificação da hora e local da sessão. O plano de divulgação é enviado aos Gestores do GAP para validação com antecedência mínima de 5 dias em relação à data do evento

planificado. A validação inclui a verificação da conformidade estratégica do documento, possível sobreposição dos eventos, otimização dos recursos, entre outros;

1.4. Publicação do evento, a equipa de Comunicação envia para o escritório regional o comunicado, para que seja divulgado nos canais de comunicação, com o mínimo de 3 dias de antecedência em relação à data do evento planeado. A divulgação é feita 3 vezes por dia durante esses 3 dias. É importante a escolha da rádio (abrangência da emissão da rádio, a preferência do público e horário em que os comunicados serão emitidos). Os comunicados são emitidos nas rádios regionais e nacionais. A divulgação é reforçada com informações enviadas e divulgadas por meio de *Mailing list* e painéis dos CR.

Para mais informações sobre a divulgação, consulte o manual operacional e as instruções do Método Djuntu.



Passo 2.

Sessões de Esclarecimento (SE)



As SE são reuniões informativas abertas ao público que visam divulgar o Método e informar sobre os procedimentos de candidatura e atribuição dos apoios. É o momento em que as comunidades através das suas organizações são encorajadas a participar no Método. Começam por se registar nos CR e de seguida inscrevem-se e participam na formação para iniciar a construção de uma proposta com base no Método com o objetivo de obter financiamento. AS SE são realizadas mensalmente nas localidades próximas do público-alvo e abertas a todos os interessados.

As atividades de SE incluem, entre outros:

2.1. Definição dos documentos base e da metodologia. São criados modelos de apresentação e definidos os conteúdos essenciais, garantindo o cumprimento das regras de divulgação do projeto (apresentação em PowerPoint com vídeo, acompanhada de lista de presenças). Todos os modelos são previamente aprovados pela coordenação, sendo necessária aprovação externa quando se trata da visibilidade do(s) financiador(es). É definida a estratégia de comunicação e uma metodologia genérica de apresentação para garantir um padrão comum nas diferentes regiões. Este compreende a definição do conteúdo e da ordem da apresentação, momentos de debates, de perguntas e respostas, língua de trabalho, estratégia de motivação à participação, entre outros.



2.2. Preparação das sessões. É liderada pela equipa local mais próxima do público-alvo. Geralmente, as SE são feitas nos CR, em escolas, espaços abertos, instalações públicas, etc. A especificidade de cada sessão é validada no ponto 1.3, local e hora. A equipa local é responsável pela preparação do evento: garante que todos os materiais e equipamentos foram verificados e estão operacionais, incluindo os necessários para a organização do espaço, pelo menos 24 horas, antes da sessão. São também verificados se todos os documentos a serem apresentados e distribuídos na sessão estão disponíveis e atualizados.

2.3. Realização das SE. São dinamizadas pela equipa local sob liderança do técnico regional. Antes do início da sessão, os participantes preenchem e assinam a lista de presenças, com o apoio do assistente administrativo. Este apoia os participantes, para garantir que todos os campos estão preenchidos de forma correta e clara. A SE é feita em duas partes:

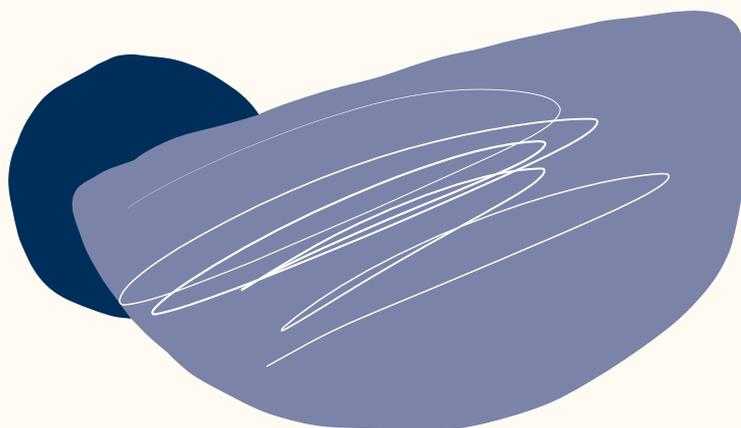
- i) Explicação do processo de candidatura e regras de atribuição dos apoios, por meio

de apresentação de diapositivo e vídeo, em crioulo (em certos casos é necessário recorrer à língua local através de tradutores);

- ii) Depois da apresentação é dada a oportunidade para aos participantes de exporem dúvidas ou sugestões sobre o Método, sendo toda a informação registada.

No final da sessão espera-se que os participantes tenham informações suficientes e claras sobre o Método e estejam motivados para aplicá-lo. Os participantes elegíveis para a aplicação do Método são convidados a registar-se na base de dados do CR e a inscrever-se na formação sobre o Método. A equipa local presta apoio no registo e inscrição para a formação. O registo da Organização na base de dados do CR apresenta informações importantes sobre a mesma e permite identificar o seu representante ou seja, a pessoa a quem é confiada a responsabilidade de representar a comunidade ou membros da organização perante terceiros.

2.4. Pós SE, a equipa local organiza os documentos e compila todos os dados que são posteriormente enviados para a sede. Todas as informações



são tratadas e organizadas conforme os procedimentos. Posteriormente são analisadas para adequar melhor as estratégias e verificar se o modelo de descentralização geográfica, do Método cobre satisfatoriamente todos os setores da Guiné-Bissau, garantindo o seu acesso universal. Para evidenciar a dispersão geográfica as sessões são georreferenciadas.

NOTAS

- As sessões são feitas com o objetivo de chegar ao máximo de pessoas que integram o público-alvo, por isso são feitas de forma descentralizada e próximas das comunidades (especialmente quando localizadas a grande distância dos CR).
- O Método inclui SE específicas para atores estratégicos (autoridades tradicionais e religiosas), para que possam conhecer o processo e incentivar as comunidades a aderir ao mesmo.
- Os esclarecimentos sobre o Método podem ser solicitados junto da equipa local nos dias de trabalho normal nos CR ou através de contacto telefónico.

*Para mais informações sobre **SE**, consultar o Manual operacional e instrução do Método Djuntu.*





Passo 3.

Formação das organizações sobre a aplicação do Método

A formação tem como objetivo capacitar as organizações sobre o Método *Djuntu*, com enfoque nas metodologias de identificação do problema e apresentação de solução, de forma participativa através do preenchimento correto das FIPS incluindo um processo de mobilização comunitária. As formações são realizadas mensalmente através da inscrição.

3.1. Preparação do plano de formação, criado pelo Eixo de reforço Institucional, assim como todos os materiais necessários à formação (incluindo atualização das FIPS e Manual de formação). A formação é baseada em metodologias participativas, contém uma primeira parte teórica (30%) e a segunda parte prática (70%). O objetivo é dotar os membros das organizações com os conhecimentos necessários sobre o Método, em particular a aplicação das FIPS com sucesso. As atividades que constituem esta fase incluem:

3.2. Capacitação da equipa local, em termos dos conteúdos do Método e técnicas de dinamização das sessões de formação. A cada adaptação das FIPS, os técnicos recebem uma nova formação sobre o Método e as FIPS.

3.3. Inscrição para formação. As organizações interessadas em beneficiar da formação, inscrevem

os seus membros, escolhendo a tipologia que pretendem implementar. A Tipologia 1 (C1) visa resolver um problema local financiando uma iniciativa na comunidade, sendo o fundo gerido pela organização. Já a Tipologia 2 (C2) tem por base o reforço de competências organizacionais e assistência técnica às organizações. A participação na formação está condicionada ao registo prévio da organização na base de dados do CR. As inscrições para a formação ficam abertas até 3 dias antes da realização da mesma. No ato da inscrição é fornecida a informação sobre a data de realização da formação, encontrando-se afixada no *placard* informativo do CR. Para cada sessão de formação um mínimo de 10 pessoas e um máximo de 20, ou seja, 10 organizações (dois membros por organização, preferencialmente, uma mulher e um homem).

Antes da realização da sessão é divulgado nas rádios com abrangência nacional e regional, um comunicado com a data, local e objetivo da formação. A equipa local informa diretamente os inscritos por telefone sobre a data da formação e confirma a presença dos inscritos.

3.4. Realização da formação. A sessão é dinamizada pela equipa local (com base no plano descrito

no ponto 3.1) e tem um caráter prático. Os exercícios práticos são baseados nos exemplos generalistas, para cada uma das tipologias das iniciativas, e inclui detalhes sobre o preenchimento das FIPS que são distribuídas pelos participantes.

Durante a formação é disponibilizada uma lista de presenças da formação, que é preenchida e assinada por todos os participantes, sendo que o assistente administrativo deve garantir que todos os participantes

assinam a lista de presenças, em todos os campos e de forma correta. As localidades onde foram realizadas as formações são georreferenciadas e no final da formação é aplicado um questionário a todos os participantes para a avaliação da formação. Após a realização das formações é emitida informação sobre os participantes na rádio, incluindo o nome da organização e bairro ou tabanca a que pertencem, no intuito de dar mais visibilidade e protagonismo às organizações.

NOTAS

- Cada organização pode inscrever no, máximo, dois membros (caso haja disponibilidade de vaga, será aberta a possibilidade de inscrição de mais membros por organização, preferencialmente mulheres);
- A formação é construída com base nos seguintes pressupostos: i) boa identificação e priorização do problema; ii) boa reflexão/planificação sobre como resolver o problema; iii) uma adequada

intervenção para a resolução do problema; iv) uma adequada resolução que não promova o aparecimento de outros problemas; v) utilização de abordagens dinâmicas e participativas, que se foquem, principalmente, no processo.

*Para mais informações sobre **sessões de formação sobre aplicação do método**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.*





Passo 4. Aplicação das FIPS

Nesta fase é realizado o processo de identificação e priorização dos problemas, a proposta de solução e desenho do projeto através das FIPS. Esta fase é liderada exclusivamente pelas organizações e comunidades sem presença ou intervenção externa.

4.1. Escolha da tipologia de apoio. Após a formação, os participantes estão aptos para aplicar o Método, conforme a tipologia escolhida (C1 e C2) durante a formação. As escolhas das tipologias devem ser feitas no passo 3, para uma melhor aplicação das FIPS durante a dinamização das sessões.

4.2. Aplicação das FIPS, que segue um procedimento diferente, dependendo da tipologia escolhida, C1 ou C2 a que se pretendem candidatar. As duas FIPS contêm toda a informação necessária para a sua aplicação. Esta foi desenvolvida com base no contexto e perfil das organizações. Por meio das FIPS, as organizações conseguem desencadear um processo participativo de diagnóstico comunitário ou organizacional e no final propor uma solução, de forma estruturada, em formato de projeto.

4.2.1. No caso da tipologia C1 – projeto focado nos problemas comunitários - o processo encontra-se estruturado da seguinte forma:





1º Encontro informativo com a comunidade sobre o Método *Djuntu* (procedimentos e critérios) e oportunidades de financiamento. Este encontro inclui o preenchimento inicial da ficha com a caracterização da tabanca/bairro de intervenção, seguida de informação geral sobre o projeto e as modalidades de apoio, planificação conjunta das sessões com os diferentes grupos (mulheres, homens, jovens), Assembleia Geral e Assembleia para aprovação do orçamento e outras informações da tabanca/bairro.

2º Encontro de grupos (mulheres, homens e jovens). Os encontros são feitos de forma individual entre os grupos, que incluem informação sobre a forma de identificação do problema, discussão e identificação dos problemas, precedida de seleção do principal problema mais votado. No final da sessão é eleito um representante por grupo encarregue de apresentar e defender o problema escolhido pelo grupo. Estes encontros correspondem às etapas 2, 3 e 4, podendo ser dinamizados num dia ou em vários dias.

3º Encontro da Assembleia Geral para escolher o problema principal e a proposta de solução. Este encontro materializa-se nos seguintes passos: i) encontro conjunto com todos os grupos (mulheres, homens e jovens) para apresentação dos problemas de cada grupo e escolha do problema principal (incluindo a justificação da escolha do problema e os

principais grupos-alvo afetados pelo problema). Nesta fase é feita a identificação da proposta de solução na presença de todos os grupos representativos (mulheres, homens e jovens) através dos seguintes passos: i) apresentação das soluções, ii) seleção da(s) proposta(s) de solução mais adequadas, iii) identificação dos recursos necessários e capacidades locais e justificação da utilidade dos recursos que não podem ser mobilizados pela tabanca/bairro.

4º Definição do orçamento.

Finalizada a Assembleia Geral, um grupo de participantes é indigitado para ir ao mercado no sentido de identificar os fornecedores dos materiais e serviços necessários e solicitar os preços, de modo a permitir a elaboração de um orçamento realístico para implementar a solução escolhida.

5º Apresentação e aprovação do cronograma e orçamento.

Finalizada a pesquisa de preço é elaborado e apresentado um cronograma e orçamento para aprovação na comunidade. Nesta sessão é definido o cronograma, e são escolhidos responsáveis para cada atividade que representam os compromissos por parte da comunidade. A cada etapa finalizada, os dinamizadores procedem ao preenchimento das FIPS.

Para mais informação sobre aplicação de FIPS – comunitário consultar anexo – C1.Método Djuntu.

4.2.2. No caso da tipologia C2: – projeto focado nos problemas organizacionais - o processo encontra-se estruturado da seguinte forma:



1. Informação aos membros da organização sobre o Método Djuntu (procedimentos e critérios) e oportunidades de financiamento (segue a mesma lógica da C1).

2. Reflexão sobre as áreas de competências, de acordo com a percepção que cada membro da organização tem da realidade das diferentes áreas de competência, isto é, das áreas que dizem respeito à estrutura e trabalho da organização. As áreas de competência a analisar são as seguintes: governação, gestão de atividades, recursos humanos, gestão financeira e capacidades técnicas dos membros. A reflexão é feita com base em perguntas predefinidas e ordenadas, de modo a permitir que os participantes façam um exercício que consiste na avaliação individual sobre as diferentes perguntas apresentadas. As perguntas orientam a

identificação dos principais problemas da organização.

3 e 4. Identificação dos principais problemas e priorização. Após a identificação dos 3 problemas mais pontuados com “precisa de melhorar urgentemente”, inicia-se o debate e justificação porque cada um deles é problema para a organização. De seguida, cada participante votará no problema que achar mais premente de ser resolvido, sendo o mais votado o problema prioritário. A partir deste momento, está definido o principal problema que a organização deve resolver. Nesta fase é importante que todos os participantes vejam a escolha de forma clara e compreendam a pertinência de definir estratégias que permitam solucionar o problema encontrado, melhorando as suas capacidades de intervenção.

5. Identificação e seleção da solução mais adequada. Para identificar e selecionar a solução mais adequada é feita a seguinte pergunta aos participantes: “O que devemos fazer para resolver o problema selecionado?”. Os participantes são convidados a propor soluções e justificar a escolha da solução, indicando o impacto esperado, isto é: como é que a organização irá melhorar o trabalho que realiza com e para os seus beneficiários através da solução apresentada? Como irá resolver o problema, sem causar o aparecimento de novos problemas? É, assim, convidada a apresentar elementos que demonstrem a efetividade (que a solução é adequada para a resolução do problema) e a sustentabilidade (que o problema não volte a aparecer a longo prazo). Durante a apresentação da(s) solução(es) leva-se em consideração a adequação dos recursos existentes da organização e o apoio financeiro disponível à solução apresentada.

Depois de apresentação das propostas de soluções, faz-se a revisão e validação, num processo participativo. De seguida é feita a votação para a escolha da solução mais adequada. A solução mais votada é a solução selecionada.

6. Identificação dos recursos e das capacidades internas da organização. Com base na(s) solução(ões) escolhida(s) inicia-se o processo de identificação dos recursos necessários para a sua concretização. Uma vez identificados todos os recursos necessários, inicia-se a validação

de cada recurso, analisando quais recursos são pertinentes e qual a organização que consegue mobilizar sem apoio. Nesta etapa resulta da lista de todos os recursos necessários para implementar a solução escolhida, a identificação de quais recursos estão ao alcance da organização e quais devem ser solicitados.

7 e 8. Definição do orçamento e elaboração do cronograma.

Nesta fase é feita a quantificação dos recursos necessários para fazer a estimativa de custos e aferir os recursos monetários necessários, de modo a permitir a determinação do orçamento para implementar a solução selecionada. Esta fase inclui a identificação das ações específicas a serem realizadas e a sequência das atividades. É também definida uma estimativa, mais próxima possível, do tempo de trabalho que será necessário para terminar as atividades com os recursos estimados, para que possa ser elaborado o cronograma.

9. Apresentação do orçamento e cronograma para aprovação.

Terminada a identificação dos recursos e a estimativa dos custos, é elaborado um cronograma. Durante a última sessão são acordados os compromissos por parte dos membros da organização. A cada etapa finalizada, os dinamizadores procedem ao preenchimento da FIPS.

Para mais informação sobre aplicação de FIPS – organizacional consultar anexo – C2.

Passo 5.

Receção e avaliação das propostas apresentadas



Após a conclusão do preenchimento das FIPS (proposta), inicia-se o processo de candidatura para o financiamento. A candidatura inclui a apresentação da proposta (FIPS) e avaliação das mesmas em diferentes fases. O sistema de avaliação adotado é flexível, permitindo aos proponentes efetuar correções necessárias ao longo do processo de apresentação e avaliação de candidatura.

5.1. Apresentação e receção da proposta para financiamento.

A proposta (FIPS) é submetida presencialmente pelo representante da organização nos escritórios regionais do projeto, responsáveis pela receção e atribuição dos apoios. A avaliação das propostas é feita em três etapas.

Etapa 1: Validação da elegibilidade e conformidade administrativa.

Na presença do representante da organização, o técnico responsável inicia a avaliação da proposta (FIPS) verificando a sua elegibilidade e conformidade administrativa de forma objetiva, seguindo critérios previamente definidos, através de uma ficha de verificação. Caso sejam identificadas quaisquer discrepâncias na proposta, essas são comunicadas ao representante. Todas as candidaturas que apresentarem irregularidades nesta fase são registadas na

base de dados do projeto e ficam pendentes de correções. O representante da organização é incentivado a realizar as correções necessárias o mais rápido possível para poder avançar para a próxima etapa. As candidaturas que forem aprovadas na lista de controlo da elegibilidade e conformidade administrativa prosseguem para a fase seguinte, que consiste na avaliação técnica das propostas.

Etapa 2: Avaliação técnica das propostas e pré-seleção.

Nesta fase é feita uma análise e avaliação detalhada de cada proposta com base na grelha de avaliação estabelecida. Essa grelha permite avaliar as propostas, de modo a selecionar aquelas que sejam pertinentes para as comunidades e que sejam viáveis para a implementação, considerando o montante de apoio financeiro disponível e o prazo estabelecido. São avaliados critérios como: pertinência, viabilidade e eficiência. No final da avaliação, são atribuídas as pontuações a cada proposta, acompanhadas de uma justificação da pontuação atribuída. Propostas que obtenham uma pontuação igual ou superior a 80% da pontuação total são consideradas propostas de qualidade e são pré-selecionadas para a última fase de avaliação: a verificação no terreno. O número de propostas a serem verificadas no terreno depende

do número de apoios disponíveis durante o período, sempre privilegiando as propostas melhor pontuadas. Recomenda-se a pré-seleção de propostas de reserva para o caso de uma verificação negativa no terreno, possibilitando assim, a utilização dessas propostas para complementar apoios disponíveis.

Etapa 3: Verificação no terreno e seleção final. Esta fase visa verificar junto dos beneficiários se o Método foi implementado conforme planeado, se o problema principal apresentado foi selecionado de forma participativa pela comunidade ou membros da organização, se a ação é pertinente e se o valor do apoio é suficiente para implementar a solução e resolver o problema identificado. A verificação é realizada seguindo um guião de verificação e aplicação de questionários, os

quais permitem avaliar se o Método foi efetivamente aplicado e a comunidade concorda com a escolha do problema e da solução proposta. Todas as propostas que apresentarem alguma irregularidade nesta fase são reprovadas. Por outro lado, as propostas que passam pela verificação no terreno são pré-selecionadas para receber o apoio. Em situações em que as propostas apresentem alguma complexidade técnica ou tecnológica, recomenda-se solicitar serviços especializados para analisar o problema e a solução proposta e propor recomendações.

*Para mais informações sobre **recepção e avaliação**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.*



Passo 6. Publicação dos resultados



Os resultados da avaliação técnica e de verificação no terreno são comunicados diretamente a todas as organizações concorrentes, tanto as aprovadas como as não aprovadas, por meio de contacto telefónico. Além disso, os resultados são divulgados noutros canais de comunicação, nomeadamente através da fixação do edital de resultados do concurso no placard informativo do CR e de um anúncio nas rádios comunitárias.

As organizações que tiveram propostas não aprovadas recebem explicação detalhada dos motivos, pelos quais as suas propostas não foram aceites. Caso desejem procurar mais apoios, são encorajadas a apresentar uma nova candidatura.

*Para mais informações sobre **publicação dos resultados**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.*

Passo 7. Sessão de operacionalização do projeto



O projeto proposto pela organização selecionada requer uma verificação e, se necessário, ajustes antes da assinatura do contrato. Qualquer introdução de esclarecimentos ou correções de menor importância são permitidos, desde que não comprometam a decisão de atribuição do apoio, nem violem o princípio da igualdade de tratamento entre as organizações. É importante ressaltar que tais ajustes não podem resultar num aumento do montante do apoio financeiro. Todos os registos dos

contactos com as organizações são devidamente mantidos no processo.

Uma ou várias sessões de trabalho presencial entre as partes são realizadas com o intuito de operacionalizar os apoios. Isso inclui, entre outros, a descrição detalhada das atividades e atualização do cronograma, definição das tranches e condições de pagamento, revisão do orçamento e a identificação de quaisquer mudanças necessárias.

As operacionalizações são conduzidas

em conjunto com as organizações selecionadas nas respetivas regiões. Recomenda-se a presença dos membros da organização que participarão na implementação do apoio, visando garantir a coerência e compreensão das orientações. Todas as modificações feitas na proposta são apresentadas aos beneficiários e validada por eles numa assembleia comunitária. No final do processo,

é produzida uma ata que regista todas as modificações realizadas, a qual é assinada por todas as partes envolvidas.

*Para mais informações sobre **operacionalização dos projetos**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.*

Passo 8.

Elaboração e assinatura do contrato



A assinatura dos contratos é o ato que antecede o início da implementação dos apoios.

8.1. Elaboração dos contratos.

São elaborados os contratos a serem celebrados com cada uma das organizações selecionadas. O contrato e os respetivos anexos são enviados previamente para as organizações, antes da data prevista para a assinatura, permitindo-lhes rever os documentos. Não havendo qualquer necessidade de alteração do contrato é acordada entre as partes a data da assinatura do contrato.

8.2. Assinatura do contrato.

O contrato é assinado entre o responsável do projeto e o representante designado da organização. A cerimónia da

assinatura do contrato é feita na comunidade, devendo o representante da organização e a comunidade ou membros da organização mobilizar a comunidade para estar presente na data do evento. Incentiva-se as comunidades beneficiárias a convidar as aldeias vizinhas para se juntarem à celebração da assinatura do contrato. Nos dias que antecedem o evento, são realizadas divulgações em rádios locais para dar visibilidade ao evento.

Antes da assinatura do contrato, é feita uma apresentação resumo da proposta aprovada, destacando os benefícios esperados para a comunidade ou organização. Isso inclui a explicação das atividades e montante previsto, as modalidades de pagamento em tranches, o sistema de

monitorização, as responsabilidades das partes e esclarecimentos das cláusulas do contrato a todos os participantes. Após a apresentação, caso não haja objeções por parte dos beneficiários, o contrato é assinado em duas vias: uma para os registos centrais do projeto e uma para a organização beneficiária, permanecendo esta última na

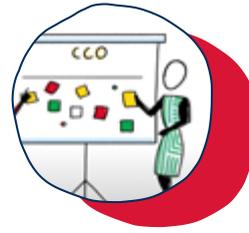
comunidade.

*Para mais informações sobre **assinatura do contrato**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.*



Passo 9.

Capacitação de implementação do contrato



Após a assinatura dos contratos, é realizada uma sessão de capacitação aos responsáveis pela implementação do projeto, seguindo as condições do contrato. A sessão de capacitação tem como objetivo apoiar as organizações que não estão habituadas a gerir diretamente os apoios, e consequentemente, não estão familiarizadas com as regras e procedimentos de gestão dos projetos.

9.1. Preparação das sessões de formação. É elaborado o calendário de formação (média de 4 horas) e são definidas a data e hora de formação em conjunto. De seguida, são adaptados os instrumentos para a formação, que inclui o contrato e os respetivos anexos.

9.2. Realização da formação. A formação é conduzida com a participação da equipa escolhida para implementar o apoio. Durante

essa capacitação são disponibilizadas ferramentas de gestão como o Caderno de Seguimento, Relatório final, Modelo de Pedido de Pagamento e Modelo de declaração de receção de pagamento, entre outros, que servirão como base para a formação. Além disso, são compartilhadas informações importantes com a equipa do projeto, para garantir a sua familiarização com os procedimentos contratuais, antes do início das atividades. Neste sentido, a formação aborda: a) as condições estabelecidas no contrato; b) gestão dos apoios, orientando sobre os procedimentos a serem adotados durante a execução do projeto e c) utilização das ferramentas de gestão dos projetos.

*Para mais informações sobre **capacitação de implementação do contrato**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.*



Passo 10.

Seguimento da implementação da iniciativa



O seguimento dos projetos visa garantir a implementação e/ou execução das atividades previstas e contribuir para o reforço das capacidades das organizações beneficiárias na execução das atividades da iniciativa. Todas as iniciativas terão um período de implementação estruturado em três partes, dos quais os primeiros 6 meses são alusivos à execução de todas as atividades previstas na iniciativa, reservando 2 meses para consolidação do apoio e estando 2 meses reservados para a elaboração dos relatórios finais.

10.1. Preparação. Nessa fase, os instrumentos de seguimento (Fichas de seguimento e questionários) são adaptados, de acordo com as informações de cada iniciativa. A ficha de seguimento integra tanto uma parte técnica como financeira e questionários, bem como fontes de informação para medir os indicadores do Quadro Lógico (QL). A elaboração do cronograma de seguimento é feita em concertação com os beneficiários, tendo em conta a natureza e a localização da iniciativa. A fase de preparação inclui a identificação dos equipamentos e meios, bem como a acessibilidade e o tempo necessário para chegar ao local de implementação da iniciativa.

A Ficha de seguimento é uma ferramenta que permite à equipa de projeto verificar o estado da iniciativa, criando uma memória cronológica da execução, tanto a nível técnico como financeiro, além de organizar todas as fontes de verificações e comprovativos financeiros.

10.2. Realização dos seguimento. O seguimento é realizado pela equipa local com periodicidade definida com base no cronograma de seguimento, que eventualmente poderá sofrer alterações em função das dinâmicas de execução das iniciativas. A cada missão de seguimento realizada, tanto no terreno como à distância, são recolhidas:

- informações sobre o ponto de situação da implementação das atividades; assim como da execução financeira, incluindo as recomendações (todas as informações são documentadas na Ficha de seguimento);
- fontes de verificação das atividades e documentos justificativos de despesas;
- informações sobre os indicadores do QL com base nos questionários predefinidos;
- informações adicionais que permitem avaliar a necessidade e pertinência de atribuir apoios extras.

Nesta altura, é realizada a análise do Caderno de Seguimento e das fontes de verificação produzida pela equipa do projeto (fotos, listas de presença, etc.) e dos justificativos financeiros (faturas, recibos). Esta é uma tarefa muito importante, tratando-se do principal instrumento de recolha e documentação das atividades realizadas no âmbito da iniciativa por parte da organização. A cada seguimento, é feito o reforço de capacidade da equipa responsável pela implementação da iniciativa, como também são produzidas recomendações para as melhorias consideradas necessárias.

Passo 10.3. Desembolso dos fundos

Considerando que os apoios atribuídos constituem apoios a terceiros, o montante do apoio é gerido diretamente pelos beneficiários. Portanto, os montantes acordados são transferidos para os beneficiários em tranches, condicionadas às condições definidas no contrato, mediante a apresentação do pedido de pagamento. Os beneficiários são responsáveis diretos pela gestão do fundo, assim como pela justificação de todas as despesas realizadas.

10.3.1. Definição das tranches e condições de desembolsos. Na fase da operacionalização e posterior elaboração do contrato, são definidos o número de tranches, o montante de cada tranche e as condições para o desembolso de cada tranche, considerando o cronograma e os recursos necessários para executar cada atividade prevista.

NOTAS

- Em caso de impossibilidade de deslocação no terreno, o seguimento é feito à distância recorrendo ao telefone ou outros meios de comunicação (WhatsApp, Messenger).

*Para mais informações sobre **seguimento**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.*

10.3.2. Pedidos de desembolso.

Os pedidos de desembolso são feitos mediante o formulário modelo, respeitando o montante e as condições definidas à partida. Observado o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, o representante da organização, mediante a apresentação do pedido de desembolso devidamente preenchido e assinado, acompanhado de orçamento atualizado, solicita o desembolso, que segue os seguintes trâmites:

- O técnico local verifica e confirma se a condição definida para o desembolso da tranche foi cumprida e analisa se os dados fornecidos no pedido de desembolso estão corretos e em conformidade. A confirmação do cumprimento das condições, em certos casos, exige acompanhamento prévio pela equipa local. Se o pedido não estiver conforme, é solicitado ao representante da organização a sua correção ou o cumprimento

do que falta. Após confirmado e verificado o cumprimento de todas as condições prévias definidas no contrato, o pedido é enviado para desembolso na sede principal, acompanhado de todos os comprovativos necessários (fontes de verificação e comprovativos financeiros) e da última Ficha de Seguimento.

- Na sede, o pedido passa pela validação do Gestor de Subvenções, que confere todos os documentos enviados e informação (ex. os valores apresentados, as assinaturas, validade de peça de identificação, etc.). Se for identificado qualquer erro ou falta de documento, é solicitada a correção ou envio do documento em falta. Enquanto não for resolvido, o desembolso fica pendente. Os pedidos sem nenhuma irregularidade seguem para aprovação.
- Os pedidos passam de seguida pela aprovação mediante a reverificação das informações, referente ao representante da organização, montante solicitado, validade do contrato, coerência do orçamento apresentado e cumprimento de requisitos essenciais, etc. Se for identificada qualquer incidência, é solicitada a correção ou explicação ao gestor. Enquanto a incidência não for resolvida, o desembolso fica pendente. Pedidos sem nenhuma incidência são aprovados e enviados para a contabilidade, acompanhados de cópia de peças de identidade válida.
- Na contabilidade, são introduzidas as informações para efeito de desembolso, bem como uma nota explicativa em caso de alguma alteração do valor da tranche ou mudança do representante. O desembolso é feito por meio de cheque, preenchido pela responsável financeira e assinado pelo coordenador geral. Além disso, são gerados todos os recibos e uma nota explicativa, os quais devem ser assinados no ato da entrega do cheque, juntamente com as cópias dos cheques.
- Os cheques são enviados e entregues na comunidade com presença dos beneficiários num ato público, de modo a testemunhar o desembolso. Neste ato todos os comprovativos são assinados pelo representante da organização e enviados para Gestor das Subvenções que confere a conformidade dos recibos, a cópia do cheque e a nota explicativa. Se não constar nenhuma incidência faz a entrega para o responsável financeiro para arquivo.
- Para cada desembolso, o processo repete-se, sendo que, no final, o representante da organização, o chefe da comunidade e dois membros da comunidade assinam o termo de confirmação de pagamento. Este documento oficializa e atesta que tanto a organização quanto a comunidade receberam o montante correspondente, garantindo transparência e conformidade no processo.

NOTAS

- Os desembolsos normalmente são feitos por meio de cheques, em raros casos em numerário (este apenas quando não é possível fazer o desembolso através de cheque).

- Os cheques são emitidos em nome dos representantes das organizações.

Para mais informações sobre o **procedimento de desembolso**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.

O seguimento é apoiado pelo mecanismo de Sugestões, Elogios e Reclamações (SER), instrumento adicional de seguimento e de canal de comunicação direto com o projeto.

10.4. Mecanismo Sugestões, Elogios e Reclamações (SER)

Sendo o Método *Djuntu* um processo fundamentado na abordagem participativa, o reconhecimento de que as pessoas e comunidades estão no centro do processo implica que devem ser criadas as condições para permitir e garantir que as pessoas sejam ouvidas e que as suas vozes sejam tidas em consideração, principalmente numa ótica de melhoria contínua dos processos e procedimentos.

Como forma de fomentar a partilha de contributos entre as pessoas interessadas em geral e as organizações junto às comunidades beneficiárias, é implementado um mecanismo de SER. O mecanismo é composto por duas ferramentas:

- Caixa de "SER": formulários de registo das Sugestões, Elogios ou Reclamações disponíveis nos CR. Para preenchimento por parte dos interessados e posteriormente depositados na "caixa de SER".
- Linha telefónica "SER": contato telefónico gratuito (linha verde) para que as pessoas possam apresentar as suas sugestões,

elogios ou reclamações.

Este mecanismo minimiza os condicionalismos da distância geográfica e do analfabetismo, facilitando assim a intervenção/participação de pessoas que se encontrem distantes, assim como de pessoas iletradas. A pessoa responsável pelos atendimentos telefónicos utiliza um formulário no SIP, onde são registadas as sugestões, elogios ou reclamações, a partir do qual é feito o seguimento das mesmas.

De forma a dar a conhecer às pessoas interessadas e promover o SER, o mecanismo é implementado desde a fase inicial do Método e, em paralelo são implementadas campanhas de divulgação e de sensibilização durante toda a sua implementação, através de:

- Divulgação na Rádio;
- *Mailing lists*;
- Redes sociais (página de Facebook do Programa landa Guiné! e do IMVF);
- Incorporação de várias atividades do *Djuntu* (sessões de esclarecimento, formações, informação em Cadernos de Seguimento e nos CR).



Aprendizagens das sugestões, elogios e reclamações são extraídas e analisadas para benefício interno e futura aplicação do Método.

O fluxo de tratamento do mecanismo é caracterizado por 6 principais etapas:

1. O utilizador apresenta a sua "SER" por escrito (através do formulário a depositar na caixa de "SER") ou por via telefónica;
2. Receção da "SER":
 - a. através da caixa SER: Os formulários em papel são recolhidos pelos técnicos em missão, entregues na sede logo que possível, tratados e arquivados;
 - b. por via telefónica: A pessoa responsável pelo atendimento preenche o Formulário para registo das SER com informações partilhadas pela pessoa interessada e informa o utilizador que a sua SER será devidamente analisada e voltará a contactá-lo com a maior brevidade possível.
3. Registo e processamento da SER: o registo e processamento da SER no SIP, com a sua respetiva categorização (Sugestão, Elogio ou Reclamação) é feito pela equipa da sede uma vez por semana.
4. Análise das informações: As informações inseridas no SIP são analisadas regularmente. É formulada uma resposta e/ou tomada de decisão relativamente à SER.

5. Seguimento: Caso seja necessário, o caso será aprofundado e serão solicitadas mais informações ao utilizador e, caso se aplique, à equipa local. Nesta fase deve dar-se a conhecer à coordenação os conteúdos das SER recebidas e, caso seja necessário, envolvê-la na resolução de questões que possam ser mais sensíveis.

6. Resposta e ação: As SER, para além de serem uma forma adicional de proporcionar um espaço de participação para os cidadãos, são elementos que contribuem igualmente para a melhoria do desempenho do Método. Tendo contribuído para esse propósito, os utilizadores do mecanismo gozam do direito à resposta aos seus contributos, satisfações e inquietudes/insatisfações. Nem todas as SER poderão culminar numa ação concreta por parte do *Djuntu*. Contudo, a todas elas é dada uma resposta num prazo máximo de 15 dias úteis. As respostas SER serão dadas pela equipa. Apenas em casos mais sensíveis, é de responsabilidade da coordenação o contacto com o proponente.

Os elogios são enviados semanalmente à pessoa destinatária, enquanto as reclamações são analisadas no mesmo intervalo para identificar a melhor solução para cada caso.

*Para mais informações sobre **SER**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.*

Passo 11.

Fecho do projeto e apresentação do relatório



Quando o projeto termina, é feita a justificação dos desembolsos concedidos através da elaboração do relatório técnico e financeiro, conforme o modelo fornecido no anexo do contrato.

Finalizado o apoio, a organização elabora e entrega o relatório técnico e financeiro. Nesse processo, recebe assistência da equipa local para elaboração do relatório e organização de todas as fontes de verificação e comprovativos financeiros. As principais fontes de informação utilizadas para a elaboração do relatório são o caderno de seguimento (preenchido pela equipa do projeto durante a implementação do projeto) e fichas de seguimento

preenchidas pelos técnicos regionais.

A primeira versão do relatório é feita no terreno em conjunto com a organização beneficiária do apoio. Após a conclusão da redação, o relatório é enviado para a sede para análise e aprovação. Se não estiver conforme, é devolvido à organização para aprimoramento, feito em conjunto com o apoio da equipa local e participação dos beneficiários. Após a aprovação do relatório final, é agendada uma visita final.

*Para mais informações sobre **fecho do projeto**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.*



Passo 12.

Visita final



Esta visita é realizada após a aprovação do relatório e tem como objetivo promover a prestação de contas por parte das pessoas responsáveis pela gestão do fundo, verificar as realizações feitas, bem como reconhecer o trabalho realizado pela organização em prol do desenvolvimento comunitário. Participam na visita a equipa local e a equipa da sede da Ação IG!D. Toda a comunidade é convidada a participar, incluindo autoridades administrativas, tradicionais e religiosas.

A visita segue o seguinte roteiro:

- a.** Apresentação das pessoas presentes e explicação dos objetivos do encontro;
- b.** Visita in loco das realizações feitas, acompanhada pelos responsáveis diretos pela implementação;
- c.** *Djumbai* que consiste na:
 - i)** apresentação dos trabalhos realizados e prestação das contas da equipa do projeto

para comunidade/membros da organização (serão apresentadas as principais atividades realizadas e despesas feitas com suporte ao *FlipChart*); **ii)** testemunho (representantes das mulheres, homens, jovens, chefe da tabanca, representantes das entidades de interesse) sobre o projeto implementado e os resultados alcançados.

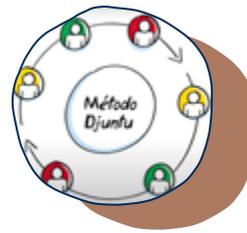
No final da visita, é realizada a recolha de testemunhos e informações sobre o grau de satisfação das comunidades com o processo de implementação das iniciativas, o nível de resolução de problemas coletivos alcançado pelas soluções implementadas, a evolução do nível de aptidão demonstrado pela equipa do projeto, o nível de apropriação dos diferentes membros intervenientes e a avaliação do impacto do apoio. A visita termina com a entrega do Certificado de Reconhecimento pelo trabalho realizado pela organização.

*Para mais informações sobre a **visita final**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.*



Passo 13.

Aprendizagens e melhoria contínua



O Método Djuntu foi concebido para integrar um processo de melhoria contínua, através de autoavaliação e avaliação externa, com o objetivo de emitir recomendações que sejam aplicáveis ao longo da implementação do Método.

13.1 – Recolha e análise interna das informações sobre a implementação do Método

É feita a recolha sistémica dos dados sobre as várias etapas do Método ao longo da sua implementação. Periodicamente, os dados são analisados pela entidade implementadora da Ação IG!D no sentido de identificar melhorias ou adaptações necessárias ao Método. A análise é feita em diferentes níveis, primeiro ao nível da gestão e coordenação da sede da Ação e de seguida ao nível dos técnicos. A cada análise é produzido relatório contendo as recomendações das melhorias necessárias.

13.2. – Elaboração dos relatórios da consultora externa

Para efeitos de observação sistémica e de formulação de recomendações para a melhoria contínua, foi contratada a empresa de consultoria externa Stone Soup Consulting, com o objetivo de:

- Documentar a experiência desenvolvida pelo Método

Djuntu;

- Garantir, se necessário, a correta e adequada adaptação metodológica, incluindo instrumentos e procedimentos, de modo a facilitar a participação das comunidades no processo de identificação do problema e da solução;
- Sistematizar uma metodologia que possa ser replicada, tanto na Guiné-Bissau, como adaptada a outros contextos, na resolução de problemas comunitários através da participação e atuação das organizações.

Foram realizadas várias visitas da consultora ao terreno, com a recolha e análise de dados, além da elaboração de propostas de melhoria (registadas em relatório) antes de cada sessão de aprendizagem. Estas propostas incluíam recomendações específicas de alterações para maximizar o impacto do Método.

13.3 - Análise e proposta de melhoria contínua/ Sessões de aprendizagem

Contemplou-se como ferramenta de aprendizagem a programação de reuniões semestrais (atelier de trabalho) entre a equipa do IMVF (Ação), a Delegação da União Europeia (DUE), a Unidade de Coordenação (UdC) e consultores

especializados com o objetivo de apresentar e analisar em conjunto os dados recolhidos durante a implementação do Método. Neste espaço, foram feitas recomendações de melhoria do Método e decidiu-se quais as recomendações que devem ser aplicadas e quais não devem ser aplicadas.

Para mais informações sobre **melhoria contínua**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.



Passo 14. Aprendizagens interpares



Perante uma variedade de aprendizagens das organizações beneficiárias do Método e das suas respectivas comunidades, foi desenvolvido um processo de aprendizagem interpares a nível regional e nacional.

A promoção de um espaço de troca de experiências entre as organizações que implementaram o Método, dentro da mesma área de atuação e que se encontram em diferentes níveis de implementação, facilita a aprendizagem mútua e o aprimoramento contínuo das práticas. Para a realização desta atividade, são convocadas as organizações

em cada região, para que possam debater as aprendizagens do Método *Djuntu* e sugerir processos de melhoria, incluindo questões de sustentabilidade. Após a conclusão de todos os encontros regionais, é agendado um encontro nacional (com uma agenda pré-definida) para aprofundar as mesmas temáticas a uma escala nacional. Finalmente, são elaborados relatórios contendo as evidências e recomendações retiradas durante as discussões.

*Para mais informações sobre **aprendizagem interpares**, consultar o manual operacional e instrução do Método Djuntu.*



3

Boas práticas e impactos do Método *Djuntu*

3.1. Aprendizagens e melhoria contínua

Dado o carácter experimental e inovador do Método, foi criado um mecanismo de aprendizagem com o objetivo de melhorar, sistematizar e disseminar as boas práticas do Método. O dispositivo de aprendizagem, inclui sessões de aprendizagem, um espaço de partilha e análise de informações sobre a implementação do Método, bem como um espaço de tomada de decisões estratégicas tendo em conta as diferentes partes que participam nas sessões (organização financiadora, implementador e consultoria externa).

O objetivo deste dispositivo é melhorar o Método ao longo da sua implementação, numa lógica de aprendizagem contínua. As sessões de aprendizagens são realizadas a cada 6 meses permitindo implementar/testar os procedimentos e as ferramentas em cada fase, analisá-las e posteriormente discutir as melhorias necessárias. Todas as recomendações e melhorias sugeridas são registadas no sistema, monitorizadas e analisadas em cada sessão de aprendizagem.

Atualmente, reconhece-se que a ajuda sem reforço de capacidades não é sustentável, e que o financiamento, só por si, não assegura o desenvolvimento. É nesta perspetiva que foi concebido o Método *Djuntu*, cujo propósito é investir no desenvolvimento das capacidades das organizações

de forma a contribuírem mais eficazmente na resolução dos problemas locais. Sendo uma abordagem de trabalho com as organizações na Guiné-Bissau relativamente nova, considerou-se pertinente realizar testes e avaliações da metodologia e respetivas ferramentas. O Método *Djuntu* foi desenhado, testado e melhorado ao longo da sua implementação:

Fase do desenho

O desenho do Método *Djuntu*, inicialmente baseou-se na reflexão interna de toda a equipa da Ação, com referência à experiência do trabalho do IMVF no reforço de capacidades das OSC guineenses, que resultou numa ideia de metodologia. Reflexões que foram reforçadas com os vários estudos que a União Europeia tem realizado sobre as Organizações da Sociedade Civil Guineense. De seguida foram envolvidos os técnicos da UdC, da própria DUE e consultores externos (peritos em reforço da OSC, em desenvolvimento, design de ilustrações etc.), este exercício resultou num conjunto de procedimentos, regras, ferramentas e técnicas do método necessários para a sua implementação.

Pré-teste

Foram realizadas atividades de pré-teste da metodologia e ferramentas que compõem o Método *Djuntu*.

Este teste permitiu a análise geral e propostas de sugestões para melhorar a metodologia e as ferramentas do Método testado. O teste envolveu 6 organizações, entre as quais 3 da região de Cacheu e 3 do Setor Autónomo de Bissau (SAB). Foram testadas as fases do Método, nomeadamente, SE, Formações, aplicação das FIPS relacionada à tipologia C1 (problema do bairro ou tabanca) e processo de avaliação e seleção final incluindo as ferramentas que fazem parte de cada fase. Após o pré-teste foi selecionada uma organização que permitiu testar a fase da implementação do Método.

Fase piloto

Esta fase de teste focaliza-se na análise da capacidade de seguimento dos apoios (monitorização e reforço), dos meios disponíveis, metodologia e ferramentas utilizadas na fase de implementação. Considerando, que o Método deve promover o reforço de capacidade, participação e apropriação das comunidades, o teste também levou em consideração os processos participativos e a capacidade dos membros das organizações na implementação das atividades.

Implementação e melhoria contínua

O Método *Djuntu* foi concebido de modo a permitir uma melhoria e adaptação necessárias tendo em conta o contexto da sua implementação. Para isso foi incorporado, na sua governança, um processo de aprendizagem, que incluía sessões de aprendizagem. Essas sessões permitiam uma discussão franca dos progressos do Método com base na sua implementação pela equipa da Ação, observação sistémica por parte da Stone Soup Consulting e discussão pormenorizada com os contributos da DUE e da UdC.

Ao longo de 5 anos de implementação, foram realizadas 9 sessões de aprendizagem, com base em observações do terreno e análise de dados feitas pela equipa da Ação e pela Stone Soup Consulting. Essas diferentes observações e análises permitiram fazer recomendações com vista à melhoria da aplicabilidade do Método e potencialização do seu impacto social.

Abaixo estão, sinteticamente, descritas as principais mudanças realizadas com base nas aprendizagens:



Disseminação do Método e comunicação

Os canais de comunicação de disseminação do Método foram diversificados, ampliados e adaptados ao público-alvo. Além de parcerias com 2 rádios nacionais e com 12 rádios comunitárias para emissão de

comunicados, foram utilizados outros meios de divulgação como *placards* nos CR e em edifícios públicos, magazines, *flyers*, reportagens (*Nobas di GAP*) e posts no Facebook do Programa.



Sessões de Esclarecimento

a) Uma longa apresentação de PowerPoint que servia como base para a dinamização da sessão foi encurtada e reforçada por um vídeo, de forma a trazer mais dinamismo e facilidade de utilização;

b) As SE foram realizadas em comunidades descentralizadas, localizadas longe dos centros regionais, para garantir que todas as comunidades tinham acesso a informação;

c) As SE foram adaptadas em função das dinâmicas de participação no processo do Método *Djuntu*, ou seja, foram direcionadas e reforçadas nas localidades com menos candidaturas de propostas;

d) A língua utilizada nas SE (crioulo) constituiu uma barreira

de compreensão para muitas comunidades, sobretudo, nas zonas mais distantes das sedes regionais. Considerando as limitações, algumas sessões foram feitas nas línguas locais com ou sem auxílio de um tradutor (em alguns casos pelo próprio técnico regional).

e) De forma a dar fluidez às sessões, o foco do conteúdo passou a ser os critérios da elegibilidade (das organizações, das atividades e custos), e os procedimentos para candidatura. Foi elaborado um guia de dinamização para orientar os técnicos regionais na dinamização das sessões.



Formação para preenchimento das FIPS

- a)** A formação passou por diferentes formatos: de 6 horas, para 2 dias, concluindo-se que o formato de meio-dia (4 horas) era o mais apropriado.
- b)** A formação passou a dar mais apoio em áreas críticas do processo aos potenciais candidatos, conforme a análise das candidaturas recebidas.
- c)** A formação teve como objetivo fornecer orientação prática para o preenchimento das FIPS (ex.: o preenchimento do cronograma e do orçamento). Foi incluída, ainda, uma componente focada no reforço e capacitação sobre comunicação e mobilização comunitária.
- d)** O manual do facilitador foi simplificado e as formações foram descentralizadas para setores e tabancas.
- e)** As FIPS foram revistas com simplificações na linguagem e maior coerência na maneira de apresentar a informação, de forma a garantir uma boa compreensão e preenchimento correto dos campos pelos participantes.



Processo de avaliação e divulgação dos resultados das candidaturas

- a)** Foi instituído um processo didático para incentivar o processo de recandidatura.
- b)** As fases de confirmação de agendamento e apoio na entrega foram eliminadas, por não agregar valor ao Método.
- c)** Foram disponibilizados recursos humanos especializados (bolsas de especialistas) para ajudar na avaliação e operacionalização de projetos completos, uma vez que alguns dos projetos apresentados superam a capacidade de intervenção da comunidade.
- d)** Uma vez que a verificação no terreno é crucial para compreender em detalhe a proposta apresentada e verificar se o Método *Djuntu* foi aplicado corretamente, foi aberta a possibilidade de realizar mais de uma verificação no terreno, caso seja necessário, e passou a ser anunciada como uma "Assembleia".
- e)** O guia de verificação no terreno foi revisto e adaptado para dar mais dinamismo à visita e garantir que as questões colocadas pelos técnicos aos membros das organizações e das comunidades eram específicas ao

projeto em causa. O guião passou a incluir informações sobre o fluxo da sessão, assim como aspetos comportamentais.

f) De uma forma transversal a todas as fases do Método, foram implementadas estratégias para promover a participação ativa das

mulheres e jovens em todos os momentos do Método.

g) Relativamente à avaliação das propostas e notificação dos resultados, foi feita uma alteração no processo de pontuação e afixação dos resultados, que resultou numa maior clareza de processo.



Assinatura de contratos

a) Para criar mais dinamismo e corresponsabilização na implementação do projeto pela comunidade, a assinatura dos contratos deixou de ser feita no CR e passou a ser feita nas tabancas ou nos bairros, com a presença direta dos beneficiários.

b) A base do contrato passou a ser disponibilizada aos beneficiários antes da assinatura, para que estes beneficiários tivessem tempo de analisar o conteúdo do documento antes da assinatura. Os manuais e guiões foram alterados em função desse novo processo.



Visitas finais

a) A visita final, que deve ser realizada até no máximo de 3 meses após o fim do projeto, passou a ser preparada com um roteiro para garantir mais fluidez e articulação com a comunidade.

b) Passaram a ser recolhidos testemunhos formais da comunidade como fonte de verificação da boa implementação do projeto, passando a ser aplicado um questionário de avaliação de impacto.





Operacionalização dos projetos e apoio extra

- a)** Foi definido o recurso a técnicos especializados (bolsa de especialistas) para ajudar nos projetos com complexidade técnica (ex. instalação de sistema solar para abastecimento de água) em todas as fases.
- b)** Os apoios extra foram definidos como um suporte adicional para a implementação dos projetos das organizações, através da canalização de verbas suplementares.

Foram efetuadas mudanças na lógica de atribuição dos apoios extras. Passaram a ser atribuídos com a finalidade de melhorar os resultados e os impactos da iniciativa apoiada, sempre numa lógica de complementaridade ou de reforço e não de sobreposição, ou seja, as mesmas atividades já apoiadas inicialmente não poderão ser novamente objeto de apoio integral.

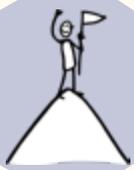


Outras mudanças

- a)** O montante máximo do apoio passou de 3 milhões para 4,5 milhões de Francos CFA.
- b)** Os apoios por ciclo não utilizados numa região passaram a ser disponibilizados noutras regiões. As quotas regionais foram mantidas. Contudo, se uma região não completasse a quota, o remanescente passaria para uma região com mais propostas com qualidade para o financiamento. Se um ciclo não completasse os projetos, esses transitariam para o ciclo posterior.

c) A divisão dos tipos de apoios (financiamento, reforço das competências organizacionais e assistência técnica) foi eliminada. As FIPS e outras ferramentas e documentos foram alterados em função dessa mudança.

d) A lógica de apoio à tipologia C2 foi revista, focado mais no reforço organizacional e a tipologia C3 foi eliminada, por ser muito complexa.



Mecanismo SER

a) Com o intuito de incentivar a participação cívica, estimular o processo de aprendizagem, facilitar processos internos de identificação e correção de situações que possam necessitar de reparação foi criado o mecanismo SER. O mecanismo permite também fazer reforço positivo do trabalho dos técnicos.

b) O SER também foi utilizado para fazer inquéritos à distância, permitindo à Ação avaliar o grau de satisfação dos beneficiários, além de fazer a comparação das informações reportadas pelos técnicos regionais às fornecidas diretamente pelos beneficiários.



Sistema de Informação de Projeto

a) O Sistema de Informação de Projetos (SIP) foi criado no início do projeto, mas esteve em evolução constante durante o mesmo, transformando-se numa poderosa ferramenta de gestão e de controlo do Método e dos projetos financiados. Finalizado o IG!D, o SIP foi implementado numa versão on-line chamada Plataforma *Djuntu* (<https://djuntu.org/djuntu/login>) mediante o pedido de acesso.

b) Foi também criado um Sistema de Informação de Planos e Projetos (SIPP), resultado da avaliação *Results Oriented Monitoring* (ROM). O SIPP serve como repositório histórico e tem como objetivo reportar informações sobre as iniciativas de desenvolvimento local implementadas e em curso, as organizações responsáveis pela implementação como também informações sobre os Planos de Desenvolvimento Local (PDL) e o seu alinhamento com as iniciativas implementadas.



Aprendizagem interpares

Foi incluído um processo de aprendizagem interpares, primeiro a nível regional e depois a nível

nacional, estimulando o debate entre OSC, e permitindo a discussão de processos relevantes para todos.



Monitorização e avaliação

Foi criado um sistema de avaliação de impacto *postpre* com recurso a uma ferramenta de apoio à medição, o mapa de impacto. Nesse mapa de impacto, foram incluídos indicadores para cada um dos impactos verificados, assim como questões de medição e as fontes de informação sobre os instrumentos de medição.

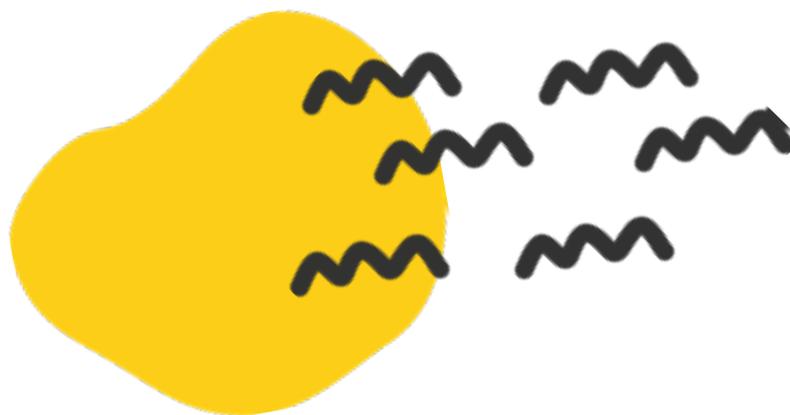
Aprendizagens sobre as tipologias de candidaturas

Como lição aprendida destaca-se o facto de a tipologia 1 (C1)² poder ter mais eficácia se for a Ação a assumir todos os reforços de competências propostos nessa tipologia, focando nos apoios financeiros para a realização das atividades e aquisição dos meios. Na prática as OSC beneficiárias do Método revelaram muita dificuldade em seguir os processos normais de contratação dos formadores tendo os técnicos da Ação que participar em todo o processo, desde a elaboração dos Termos de Referência, revisão das propostas dos formadores e

contratação. A qualidade da formação realizada poderia ser melhorada bem como a organização de sessões conjuntas uma vez que as formações solicitadas foram muito similares entre as OSC.

Outra aprendizagem ao nível da tipologia foi, no caso da tipologia 2 (C2)³ poder ser transformada focando em apoios para reforço de competências com complementos de materiais e subvenção. Isto porque se constatou que grande parte dos apoios requeridos nesta tipologia consistia numa lista de materiais e equipamentos com pouca ligação com a área de intervenção e funcionamento da OSC.

Para o futuro deverá ser analisada a possibilidade de considerar como critério de elegibilidade financiar ações consideradas como “geradoras de rendimentos” com elevado impacto na comunidade (ex.: reforçar com competências e materiais de um grupo de apicultores).



²A Tipologia 1(C1) teve por base o financiamento de uma iniciativa na comunidade, sendo o fundo gerido pela OBC.

³A Tipologia 2(C2) teve por base o reforço de competências organizacionais e assistência técnica à OBC.

3.2. Aprendizagens interpares

O objetivo destas aprendizagens consistiu em proporcionar aos representantes das OBC um espaço onde se possam conhecer e apresentar os seus projetos uns aos outros. São momentos nos quais se promove a troca de experiências e conhecimento nas áreas em que atuam junto das suas comunidades. A aprendizagem decorre, portanto, da partilha das suas vivências na aplicação dos procedimentos do Método: onde tiveram dificuldades,

como as contornaram, com que apoios contaram, como envolveram as suas comunidades, etc.

Esta troca de experiências fez-se de forma conjunta com as organizações que participaram no Método e que já tinham terminado de implementar os seus projetos, bem como com as que ainda estavam a implementar e as que ainda não haviam começado a implementar.

3.3. Mecanismos de controlo financeiro

Como estratégia de controle financeiro foi adotado o desembolso por tranches mediante cumprimento das condições prévias definidas no contrato. As organizações beneficiárias devem indigitar um representante, que será responsável pela gestão direta do dinheiro, prestando sempre a conta à equipa do projeto e aos beneficiários. Esta pessoa é responsável direta do projeto perante a Ação, e, por esse motivo, assina o contrato, assina pedidos de desembolso e todos os desembolsos são feitos no seu nome. Os requisitos exigidos para ser representante são a) ter bilhete de identidade válido e b) saber escrever e ler.

Os desembolsos são efetuados em tranches com base no pedido de desembolso feito pelo representante indigitado. Os desembolsos são aprovados mediante a apresentação do pedido de desembolso (conforme o modelo fornecido) devidamente preenchido e assinado pelos representantes da organização e do comprovativo do cumprimento de todas as condições previstas no contrato. Esta informação consta na ficha de seguimento feita pelo técnico regional que acompanha o pedido de desembolso. Os pedidos de desembolso são acompanhados de todas as fontes de verificação e comprovativos financeiros bem como de uma previsão de despesas para

a tranche que está a ser solicitada. Portanto, todos os pedidos de desembolso são acompanhados de ficha de seguimento que informa sobre a situação das atividades no terreno.

Apresentado o pedido de desembolso com todos os documentos exigidos, é feita a verificação das informações e documentação, confirmando:

- Se falta alguma documentação;
- Se a organização cumpriu com as condições definidas para se efetuar o desembolso, em caso de dúvidas solicita esclarecimentos;
- Se todas as despesas foram justificadas e se os justificativos são válidos (próximo desembolso e seguintes);
- Se o valor solicitado corresponde ao indicado no contrato;
- Se as despesas apresentadas na previsão de despesas são elegíveis no âmbito do projeto financiado;
- Se a pessoa que assinou o documento e a assinatura é a mesma do representante indigitado;
- Se o contrato ainda está em vigor.

Uma vez confirmadas as informações, o desembolso é validado e introduzido no SIP para efeito de registo e controlo. No SIP são gerados documentos comprovativos de desembolso (modelo de recibos e nota explicativa) e preenchido o cheque. Os cheques e modelos de recibos e justificativos são enviados para as regiões e entregues ao representante nas comunidades beneficiárias através de um ato público. O representante, após receber o cheque, assina os recibos e nota explicativa. Todos os desembolsos efetuados são justificados com comprovativos (faturas, recibos) elegíveis.

Todas as despesas previstas devem ser executadas o mais rápido possível, ou seja, não podem ficar com o dinheiro muito tempo. Em todas as visitas de seguimento realizadas são feitos os controlos das despesas efetuadas junto às organizações beneficiárias. Para cada desembolso o processo repete-se. E, no final, após finalizados os desembolsos, o representante da organização, chefe da comunidade e dois membros da comunidade assinam o termo de confirmação de desembolso, documento que confirma que a organização e a comunidade receberam o montante desbloqueado.

3.4. Processos participativos induzidos

O Método *Djuntu* concentra-se principalmente na participação e capacitação de grupos comunitários, visando aprimorar o seu engajamento e desempenho na promoção do desenvolvimento local. A filosofia e prática do Método *Djuntu* são centradas em promover a participação, fortalecendo as capacidades locais e preservando os processos endógenos existentes. Nesse contexto, a abordagem participativa e inclusiva concede aos cidadãos o controle das decisões e dos recursos, possibilitando uma resposta efetiva às necessidades e prioridades locais em parceria com organizações governamentais e não governamentais.

Os processos participativos, com foco em OBC, destacam-se como inovadores, apresentando-se como alternativas aos mecanismos de financiamento tradicionais que muitas vezes impõem exigências e procedimentos além das capacidades locais e destas organizações. Esses processos fomentam o debate e a discussão construtiva nas comunidades, contribuindo para uma transformação em direção a uma comunidade mais inclusiva.

O Método *Djuntu*, destinou mais de 1.6 bilhões de Francos CFA para projetos de desenvolvimento local participativos ao longo de cinco anos (2020–2024). Uma análise das

evidências revela que os projetos participativos, com alto índice de participação dos beneficiários diretos e satisfação dos indiretos, têm sido altamente eficazes na resolução de problemas coletivos prioritários.

Baseado na recolha inicial de dados, por meio de uma perspectiva local de análise das necessidades, o Método *Djuntu* demonstrou sucesso na intervenção. As ações implementadas resultaram em melhorias no acesso aos serviços básicos como água, educação e produção agrícola, contribuindo para um aumento significativo na qualidade de vida das comunidades locais. Além disso, a experiência do Método *Djuntu* destaca que infraestruturas, equipamentos e serviços de pequena escala, comuns e não complexos, geridos por meio da ação coletiva a nível comunitário, são eficazmente administrados, apoiando assim a autodeterminação da comunidade e promovendo um desenvolvimento sustentável.

A participação e representação de diversos grupos, incluindo jovens e mulheres, em diferentes fases da implementação do Método *Djuntu*, demonstra eficácia na promoção da igualdade de oportunidades nos processos participativos.

Tabela 1: Taxa de participação de diferentes grupos nos processos participativos do Método:

| | Participação de pessoas acima de 35 anos | | Participação de pessoas abaixo de 35 anos | |
|---|--|----------|---|----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Sessão de Informação | 24% | 21% | 28% | 27% |
| Sessão de Identificação por grupo (aplicável somente para C1) | 27% | 27% | 26% | 20% |
| Sessão de identificação do problema e da solução | 25% | 21% | 28% | 27% |
| Sessão de aprovação do orçamento | 24% | 21% | 28% | 27% |

Estes resultados foram alcançados considerando que, em todas as fases do Método *Djuntu*, é estimulada a participação de todos os grupos, sendo obrigatória em algumas instâncias. Para facilitar e promover a participação de todos, são incentivados tanto encontros separados (por exemplo, exclusivamente para mulheres, homens e jovens) quanto coletivos.

Dentro desse contexto, um dos principais focos do Método *Djuntu* é fomentar o protagonismo dos coletivos de cidadãos, impulsionando a sua participação e atuação por meio de uma estrutura adequada e incentivos materiais, como subvenções. Essa abordagem visa criar um ambiente propício para a participação interativa e, conseqüentemente, para a autoajuda.

Uma questão importante sobre a promoção dos processos participativos, com enfoque em OBC, está relacionada com mecanismos de financiamento existentes "tradicionais" que impõem um grau de exigência e procedimentos que superam as capacidades locais e destas organizações, constituindo assim uma barreira para implementação dos processos participativos através de microfinanciamentos para este grupo de coletivos. Portanto, para trabalhar com este grupo de coletivos, os procedimentos tradicionais carecem de flexibilidade e de adaptação ao contexto, como também de compromisso a longo prazo necessários para um desenvolvimento participativo induzido eficaz. As abordagens participativas para desenvolvimento promovidas através de financiamento

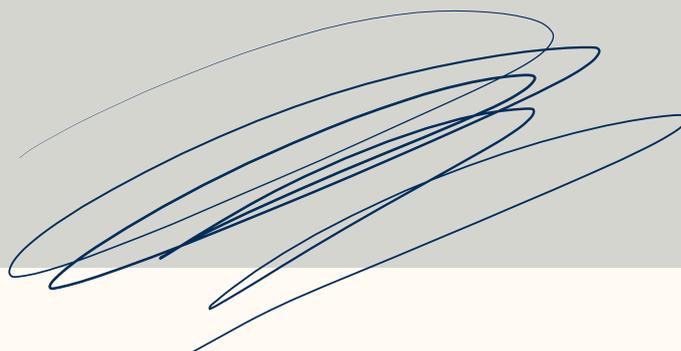
“tradicional” na maioria dos casos são muito diferentes da forma de participação endógena local, que requer uma abordagem muito diferente de participação, focada no contexto e nas incertezas e

mudanças. Finalmente, a abordagem participativa necessita de um forte enfoque na aprendizagem através de prática, fazendo e aprendendo, quer através de fracasso ou sucesso.

3.5. Avaliação dos resultados alcançados

Nesta secção, apresentamos os resultados da avaliação, baseados nas seguintes dimensões:

- **A satisfação das comunidades com diagnóstico e implementação dos projetos**
- **A resolução de problemas coletivos**
- **A evolução da aptidão dos membros da organização durante a implementação**
- **O acesso ao Método Djuntu**
- **A qualidade e a pertinência dos projetos financiados**
- **A representatividade dos grupos na fase de diagnóstico**
- **A apropriação dos membros durante a implementação**



Resultados

Grau de satisfação das comunidades com o processo de diagnóstico e implementação dos projetos

Foi avaliado o grau de satisfação das comunidades/beneficiários tanto, na fase do diagnóstico e desenho da

proposta no momento das visitas de verificação no terreno e como na fase de implementação e término dos projetos no momento da visita final.

Os resultados obtidos refletem-se na seguinte tabela:

Tabela 2: Taxa de participação de diferentes grupos nos processos participativos do Método:

| | Muito insatisfeito | Insatisfeito | Satisfeito | Muito satisfeito |
|-----------------------|--------------------|--------------|-------------|------------------|
| | 1,0 até 1,7 | 1,8 até 2,5 | 2,6 até 3,3 | 3,4 até 4,0 |
| Fase de diagnóstico | - | - | - | 3,66 |
| Fase de implementação | - | - | - | 3,81 |
| Média | - | - | - | 3,74 |

Os resultados obtidos através dos inquéritos aplicados na fase de diagnóstico e após a implementação revelam um grau de satisfação muito elevado por parte da comunidade/beneficiários do projeto (3,74 / 4). O grau de satisfação envolveu a análise da participação e da comunidade/beneficiários nos momentos

decisivos da escolha e priorização do problema, além da sua participação na definição do tipo de apoio que precisam e como o querem implementar. Também foi analisada a forma como as lideranças/equipa de projeto foram escolhidas, e o projeto foi implementado, tanto do ponto de vista técnico como financeiro.

Nível de resolução de problemas coletivos alcançado pelas soluções implementadas

A análise das soluções implementadas com vista à resolução dos problemas identificados revelou o seguinte:

- **91% dos beneficiários** disseram que todas as atividades previstas nos apoios foram realizadas;
- **92%** afirmaram que mais de **75% das atividades** foram realizadas dentro dos prazos previstos, conforme definido no cronograma;
- **83%** confirmaram que todas as atividades foram realizadas com qualidade satisfatória;
- **84%** asseguraram que o orçamento foi executado conforme planeado;
- **97%** certificaram que todas as despesas realizadas foram devidamente justificadas;
- **89% das comunidades/membros** das organizações afirmaram que estão satisfeitas com a forma como o dinheiro foi gerido e gasto;
- **98% das equipas responsáveis pela implementação de projeto** afirmaram não terem tido quaisquer dificuldades na gestão das atividades e/ou na gestão financeira;
- **48% dos beneficiários** confirmaram que a solução implementada contribuiu totalmente para a solução do problema identificado e 34% disseram que contribuiu, mas não totalmente;
- **75%** confirmaram que foi posto em prática algum mecanismo de sustentabilidade para garantir a continuidade da solução e 22% confirmaram, mas alegaram que não é suficiente.

De forma geral, o nível alcançado pela solução implementada no que concerne à resolução do problema identificado foi elevado.



Evolução do nível de aptidão demonstrada pelos coletivos para a resolução de problemas

Isto foi realizado com o objetivo de verificar se as organizações financiadas melhoraram as suas capacidades de resolução participativa de problemas, pelo facto de terem passado pela experiência proporcionada pelo Método *Djuntu*, nomeadamente no seguimento dos passos necessários à implementação da solução contratualizada, cumprimento de prazos, execução de orçamentos, justificação de despesas, entre outras. A avaliação concentrou-se na Fase de Implementação, comparando (a) o nível de aptidão demonstrado pelas organizações na primeira visita de seguimento e (b) o nível de aptidão verificado no final, feita durante a visita final. **Na primeira visita, o número médio verificado foi de 3,14, ao longo da implementação subiu para 3,43 e na visita final elevou-se para 3,75.**

Evolução do acesso ao Método *Djuntu* ao longo da sua implementação

O GAP tinha estruturas regionais descentralizadas responsáveis pela gestão direta corrente dos processos do Método nas regiões. Esta estrutura de suporte de proximidade às comunidades e organizações tinha como uma das responsabilidades disseminar o Método junto das comunidades, através de encontros em formato de sessões de informação e esclarecimentos. No final da implementação do Método *Djuntu* foi possível medir a dispersão geográfica das sessões realizadas e determinar se cobriu satisfatoriamente todos os setores da Guiné-Bissau. A ideia era que a equipa do GAP se mobilizasse de modo a promover a participação das organizações provenientes de todos os setores do país. Ao longo da implementação do Método *Djuntu* foram realizadas **308 SE e informações em todos os setores do país, tendo participado mais de 7 mil pessoas.**

Tabela 3: Evolução do acesso ao Método *Djuntu* ao longo da sua implementação

| Região | Nº de sessão | Nº de participantes |
|------------------|--------------|---------------------|
| Bissau | 57 | 1 199 |
| Biombo | 28 | 532 |
| Oio | 32 | 1035 |
| Cacheu | 31 | 975 |
| Bubaque e Bolama | 51 | 1 333 |
| Quinara | 28 | 552 |
| Bafatá | 25 | 599 |
| Tombali | 24 | 682 |
| Gabú | 32 | 859 |
| TOTAL: | 308 | 7 766 |

Nível de qualidade do Método Djuntu

O Método Djuntu foi estruturado em várias etapas lógicas, com o objetivo de promover reforços incrementais à medida que a candidatura avançasse no âmbito do Método Djuntu. Esperava-se, assim, elevar o nível de qualidade das propostas ao longo do processo.

- Ao longo da implementação do Método *Djuntu* foram recebidas **1 516 candidaturas**;
- Das **1 516 candidaturas recebidas, 1 362 passaram** na fase da conformidade administrativa e elegibilidade, ou seja 90%;
- **833 (61% das candidaturas)** que passaram a fase anterior, obtiveram pontuação igual ou superior a 16 numa escala de 1 a 20, o que significa que são propostas de qualidade;
- Dos **637** projetos verificados no terreno, **470 (74%)** superaram a validação no terreno.

Tabela 4: IOE2 - Nível de qualidade do Método *Djuntu*

| | Nº | % |
|---|-------|-----|
| IOE2.1 Nº de Iniciativas no pedido de agendamento | 1 516 | |
| IOE2.2 % das iniciativas no pedido de agendamento | 1 362 | 90% |
| IOE2.3 % das iniciativas que superam a fase de Avaliação | 833 | 61% |
| Nº de propostas verificadas no terreno | 637 | |
| IOE2.4 % das iniciativas que superam a fase de Verificação no Terreno | 470 | 74% |

Antes da atribuição de qualquer subvenção, os pedidos apresentados nos CR para apoio passam por várias fases de avaliação com o objetivo de filtrar as iniciativas de qualidade à

medida que se avança nas diferentes fases. O quadro abaixo ilustra a evolução dos pedidos recebidos nas diferentes fases e os referidos estados.

1 516 pedidos recebidos pelo GAP

148

X

Propostas com incidências no controlo da elegibilidade e conformidade administrativa, que não conseguiram passar para a fase de avaliação

X

6

Propostas duplicadas

1 362 propostas avaliadas

529

X

Propostas avaliadas com pontuação inferior a 16 pontos, são consideradas propostas que não satisfazem o critério de seleção em termos de qualidade

X

196

Propostas avaliadas com pontuação superior a 16 pontos, no entanto, não passaram para a fase de verificação no terreno devido à restrição de quotas, ou seja, não foram as mais bem pontuadas

637 propostas mais bem pontuadas e selecionadas para verificação no terreno

167

X

Propostas reprovadas durante a verificação no terreno

470 propostas aprovadas durante a verificação no terreno

4

X

Apoios cancelados antes da assinatura do contrato, por não serem viáveis ou devido a conflitos de interesses

X

8

Apoios cancelados após a assinatura do contrato, por falta de engajamento

458 apoios implementados

410



Apoios implementados satisfatoriamente pelas organizações e suas comunidades

X

2

Apoios que não finalizaram as atividades previstas

33



Apoios implementados satisfatoriamente, mas com apoio da equipa do projeto (gestão do *Djuntu*)

13



Apoios implementados satisfatoriamente, mas com pouca qualidade ou fraco envolvimento da comunidade

Nível de representatividade dos diferentes grupos intervenientes na Fase de Diagnóstico das iniciativas

Os apoios solicitados ao GAP por meio do Método *Djuntu* devem ser sustentados previamente por um processo de diagnóstico participativo e representativo. Deste modo, é importante a participação dos beneficiários e o seu engajamento/ apropriação durante a fase do diagnóstico (identificação, seleção do problema e apresentação da solução). A representatividade corresponde à participação dos diferentes grupos envolvidos, isto é, a representatividade nesta fase implica que os diferentes grupos estejam representados por alguém que responde pelo grupo como um todo. Numa escala de:

| Muito baixa | Baixa | Alta | Muito alta |
|-------------|-----------|-----------|------------|
| 1,0 – 1,7 | 1,8 – 2,5 | 2,6 – 3,3 | 3,4 – 4,0 |

O valor obtido foi de 3,22, o que é considerado alto.

Nível de apropriação dos diferentes membros intervenientes durante a Fase de Implementação dos projetos

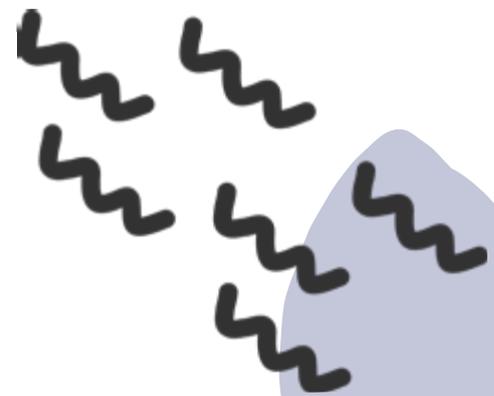
O nível de apropriação dos diferentes membros intervenientes durante a fase de Implementação dos projetos mede a participação e o compromisso das organizações e da comunidade envolvida durante implementação do projeto.

Os projetos financiados no âmbito do GAP contam com um período de implementação de até 6 meses.

Durante esse período, designado por Fase de Implementação, espera-se que as organizações beneficiárias (representadas pelos membros designados) e a comunidade envolvida se apropriem do projeto e participem, de forma comprometida com os objetivos e o cronograma contratualizados, para a sua concretização e sucesso. Com vista a contribuir para esse fim, a equipa do GAP realizou visitas de seguimento mensais, nas quais foi possível avaliar, entre outros aspetos o nível de apropriação. Numa escala de:

| Muito baixo | Baixo | Elevado | Muito elevado |
|-------------|-----------|-----------|---------------|
| 1,0 – 1,6 | 1,7 – 2,4 | 2,5 – 3,2 | 3,3 – 4,0 |

O valor obtido foi de 3,52 (Muito alto).



3.6. Mecanismo SER

Em 2022, foi introduzido o Serviço de Sugestões, Elogios e Reclamações (SER) através de dois canais principais: i) uma linha telefônica dedicada ao SER e ii) uma Caixa de Sugestões, Elogios e Reclamações física. O SER proporcionou uma oportunidade valiosa para todas as partes interessadas, incluindo as OSC e as comunidades beneficiárias, expressarem as suas opiniões, elogios e preocupações. Este mecanismo foi fundamental para reconhecer a dignidade e os direitos dos beneficiários, garantindo-lhes a liberdade de expressão, ao mesmo tempo que promovia o protagonismo das comunidades na consciencialização e prática dos seus direitos e responsabilidades.

Durante a implementação, o SER permitiu à equipa da Ação IG!D avaliar o seu próprio desempenho, através dos elogios recebidos, adaptar e aprimorar diversos aspetos do Método com base em sugestões, e identificar e resolver prontamente diversos problemas, por meio de reclamações. Além disso, o SER foi utilizado para conduzir pesquisas sobre os apoios fornecidos pelo GAP, analisando a sua eficiência operacional e rapidez na obtenção de informações, em comparação

com os métodos de monitorização regulares. Essas pesquisas permitiram analisar o nível de conhecimento das comunidades apoiadas em relação ao projeto, o seu nível de envolvimento, grau de satisfação e identificação precoce de possíveis conflitos.

Assim, o SER permitiu estabelecer um canal direto e contínuo de comunicação com os beneficiários, oferecendo-lhes uma plataforma para expressar as suas opiniões e preocupações. Considerando a crescente utilização da tecnologia de comunicação, especialmente o uso generalizado de telefones móveis no país, o SER tornou-se uma ferramenta crucial para comunicar e ajudar os beneficiários de forma mais eficaz. Além disso, o SER pode ser usado de forma gratuita para fornecer suporte técnico, informações sobre projetos, resolução de problemas, entre outros, de maneira rápida e acessível. Essas iniciativas não só fortalecem o relacionamento entre os projetos e os beneficiários, mas também demonstram um compromisso genuíno com o bem-estar dessas comunidades.

3.7. Reforço de capacidade das organizações na resolução de problemas e gestão dos recursos locais

A capacitação envolveu não só as OBC, ao longo da implementação do Método, mas também abrangeu a própria equipa técnica da Ação IG!D. Grande parte das OBC não possuía experiência na dinamização de processos participativos ou no desenho e gestão de projetos. Com o objetivo de suprir essas lacunas, foram realizadas formações mensais para preenchimento das FIPS que permitiram fornecer um conjunto de ferramentas essenciais às OBC. Além disso, foram também garantidos reforços permanentes em todas as

fases da implementação dos projetos financiados.

Por outro lado, a capacitação da equipa técnica da Ação Ilanda Guiné! *Djuntu* em metodologias de educação não formal foi igualmente crucial para uma aplicação mais eficaz do Método. Isso permitiu que interagissem de forma mais eficiente com as OBC e promovessem momentos de trabalho como oportunidades de aprendizagem.

3.8. Informação sobre as necessidades locais prioritárias

O levantamento das necessidades locais prioritárias é conduzido em várias fases do Método, sempre tendo em conta as opiniões e perspetivas dos grupos beneficiários. A abordagem prioriza a realização de levantamentos de dados de maneira participativa, conforme detalhado na [seção 3.4](#), com o intuito de

se aproximar das necessidades e realidade locais. A ferramenta de recolha de dados é comumente utilizada para obter informações sobre as necessidades prioritárias locais em projetos específicos ou para analisar as necessidades de uma determinada comunidade.

Resultados

Durante a implementação do Método, foram apresentados **1 516 pedidos de apoio**. Em relação aos principais temas identificados nos processos

participativos pelas organizações, **86% dos projetos recebidos estão relacionados com as seguintes temáticas:**

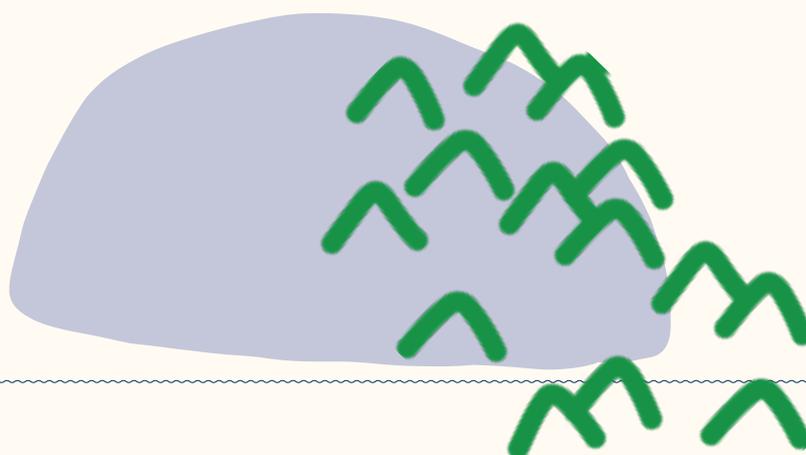
Tabela 5: Principais áreas temáticas de projetos apresentados

| Área temática | Porcentagem |
|-------------------------------------|-------------|
| Água e Saneamento | 29% |
| Agricultura e Desenvolvimento Rural | 26% |
| Educação | 21% |
| Transportes e Infraestruturas | 10% |
| Outros | 16% |

Conforme mencionado anteriormente, estas áreas temáticas são identificadas por meio de diagnósticos participativos conduzidos pelas próprias comunidades. Por meio desses processos, as comunidades identificam as suas necessidades prioritárias, áreas que precisam de apoio, condições essenciais para a implementação de atividades e

também recolhem informações que permitem avaliar se a comunidade já responde a essas condições ou se é possível criá-las.

Todas as informações recolhidas oferecem esclarecimentos sobre as necessidades atuais e prioritárias das comunidades, contribuindo como subsídio na elaboração dos PDL.



3.9. Promoção de lideranças femininas e juvenis

A Ação IG!D foi desenhada com ênfase na inclusão e representatividade transversal, incorporando considerações específicas para a representação feminina e juvenil em todas as etapas. Por exemplo, no sistema de estágios, houve um foco deliberado em recrutar estagiárias do sexo feminino, com a inclusão deste critério como parte do processo de avaliação. Além disso, foram implementadas atividades destinadas

a impulsionar a liderança juvenil e promover a equidade de gênero, visando proporcionar oportunidades equitativas e capacitar os jovens, especialmente as mulheres, a desempenhar papéis de liderança e influência na sociedade. Por exemplo, nos PPM (Pequenos Planos de Mudança), sempre houve um esforço para que estivessem envolvidos dois jovens, um do sexo feminino e um outro do masculino.

Tabela 6: Participação segmentada por gênero e faixa etária

| Idade | F | M | N° | % |
|------------|-----|-----|-----|-----|
| <=24 | 4 | 13 | 17 | 4% |
| >24 E <=34 | 12 | 117 | 129 | 28% |
| >34 E <=44 | 6 | 138 | 144 | 31% |
| >44 E <=54 | 13 | 83 | 96 | 21% |
| >54 E <=64 | 3 | 61 | 64 | 14% |
| >=65 | 9 | 0 | 9 | 2% |
| | 47 | 412 | 459 | |
| | 10% | 90% | | |



3.10. Alinhamento dos projetos com Planos e sinergia com estruturas locais

A avaliação *Results Oriented Monitoring (ROM)* feita pela UE dos trabalhos da Ação IG!D ressaltou a importância dos Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) e o seu alinhamento com os projetos financiados pelo GAP, no contexto do Método *Djuntu*. Em 2022 foram realizados *djumbais* regionais e setoriais sobre os Planos de Desenvolvimento Regionais e

Setoriais, e ficou evidente que os projetos financiados no âmbito do Método *Djuntu* estavam em sintonia com estes planos. Este aspeto revela que os projetos financiados abordam necessidades atuais e prioritárias identificadas pelas próprias comunidades e que vão ao encontro das necessidades identificadas nos Planos.



3.11. Plano de Sustentabilidade do Método *Djuntu*

Foi elaborado pela Stone Soup Consulting um plano de sustentabilidade com o intuito de apoiar o IMVF na decisão estratégica da determinação dos modelos de escalabilidade do Método *Djuntu* na Guiné-Bissau ou em outros contextos, de forma a maximizar o impacto social positivo que conseguiu ser verificado durante a implementação. O plano de sustentabilidade teve como base as aprendizagens recolhidas ao longo da implementação do projeto, assim como um *benchmarking* internacional para verificação da aplicabilidade do Método a outros territórios e realidades fora da Guiné-Bissau.

O *benchmarking* mostrou que o Método é passível de implementação em variados contextos. Contudo, será necessário um conhecimento profundo prévio do terreno onde implementar, sólidas parcerias com organizações locais, assim como a presença de OBC. Isto porque um dos fatores diferenciadores da aplicação do Método na Guiné-Bissau é a forte presença de organizações comunitárias legalizadas ou não-legalizadas, que sinalizam uma estrutura formal ou

informal sobre a qual se pode atuar. Para a implementação do Método noutros contextos, deverão ser ainda considerados a organização administrativa local, a dimensão do território de implementação, a abertura das instituições locais, possíveis fatores religiosos inibidores, a adaptação dos materiais, existência de eventuais projetos concorrentes, assim como a capacidade de implementação de uma estrutura organizativa forte.

Diferentes cenários de sustentabilidade apresentam-se através de uma possível continuação de implementação pelo próprio IMVF, pela UE, por agências das Nações Unidas, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ou em parcerias. Todas as opções são válidas e terão de ser analisadas à luz da estratégia global do IMVF ou da União Europeia. Em termos de análise estratégica a Stone Soup Consulting recomenda continuar com o projeto na Guiné-Bissau, com liderança do IMVF e escalar para outros países e territórios.



3.12. Impacto na economia local (Bens e serviços)

Resultado

A implementação do Método *Djuntu* por todo o território nacional, através das atividades e infraestruturas que resultaram da sua execução,

contribuiu para que houvesse um notável investimento substancial direto na economia local como se pode observar no quadro seguinte:

Tabela 7: Investimentos diretos na economia local

| Categorias | XOF | EUR | % |
|---|----------------------|------------------|-------------|
| Meios de transporte, equipamentos e combustível | 50 547 245 | 77 054 | 3% |
| Materiais e insumos agrícolas e pecuária | 147 505 822 | 224 856 | 9% |
| Atividade de formação | 49 919 584 | 76 097 | 3% |
| Materiais de construção | 793 636 564 | 1 209 812 | 48% |
| Utensílios de trabalho | 203 093 544 | 309 594 | 12% |
| Contratação de mão-de-obra e serviços | 262 964 078 | 400 860 | 16% |
| Transporte e comunicação | 96 340 560 | 146 861 | 6% |
| Outros | 63 711 949 | 228 644 | 4% |
| TOTAL: | 1 667 719 346 | 2 673 778 | 100% |

É importante realçar que a maior parte deste dinheiro foi investido a nível local, para a aquisição de bens e serviços, ou seja, injeção direta do dinheiro dentro da própria região (cidades). A Ação IG!D procurou fomentar uma forma de aquisição consciente, que prioriza os bens e serviços locais em detrimento dos externos, promovendo assim: i) mais empregos através de oportunidades de trabalho, o que permite o desenvolvimento e a expansão de mais negócios e serviços; ii)

uma melhor qualidade na oferta de produtos e serviços devido às exigências estabelecidas pela Ação (qualidade, garantia, etc.). Estes são fatores que contribuem para a estabilidade económica local, criando maior atração para o investimento (as dinâmicas das compras estimulam o interesse e a vontade de investir), consequentemente tornando os produtos e serviços mais acessíveis localmente, o que contribui para uma perspectiva de um futuro mais sustentável para a região.



4

Gestão do projeto e o Método

A Ação IG!D enquadrou o Método e garantiu a sua boa implementação. Para assegurar uma boa implementação. Para assegurar uma boa implementação do Método é necessário para garantir uma boa planificação, gestão financeira

eficiente, manutenção de boas relações institucionais, *reporting*, transparência e *accountability*, bem como uma gestão eficaz dos recursos humanos. Todos esses elementos influenciaram diretamente na qualidade do Método.

4.1. Estágios

Um sistema de estágios dirigido exclusivamente aos membros das organizações foi implementado. Garantir um sistema de estágios fundamenta-se na promoção de:

- Partilha de conhecimentos aplicáveis à melhoria da gestão das organizações;
- Maior empoderamento dos jovens locais, e preferencialmente das raparigas, possibilitando o reforço do papel da mulher e a sua capacitação.

Os estagiários são integrados na equipa local (no caso IMVF/Ação IG!D). A experiência de realização de um estágio é muito pertinente para o fortalecimento da sociedade civil, por permitir um contexto de aprendizagem que os jovens locais dificilmente podem aceder.

Os estagiários desenvolvem conhecimentos técnicos e administrativos que contribuem para o reforço da capacidade de atuação das organizações das quais fazem parte. Além disso, a experiência é potenciadora de mudança de comportamentos e atitudes ao nível pessoal, traduzindo-se numa maior preparação para enfrentar situações novas, maior sentido de responsabilização e compromisso

com o trabalho e maior preparação para integração no mercado de trabalho.

Os estágios decorrem num regime *part-time*, com duração total de 20 horas semanais e têm caráter presencial. Os estagiários beneficiam de ajudas de custo.

Em termos de candidatura, os/as interessados/as manifestam o seu interesse mediante a apresentação de:

- a) Formulário de candidatura preenchido eletronicamente;
- b) Certificado de Habilitações Literárias;
- c) Cópia do Bilhete de Identidade;
- d) Carta de motivação;
- e) Carta de recomendação emitida pela OBC a que pertence;
- f) Certidão de Escritura da OBC.

Na Ação IG!D as candidaturas foram entregues nos escritórios regionais em envelopes fechados.

Os estagiários também tiveram acesso a uma formação, desenvolvida pela Ação chamada "*Iniciação ao mundo laboral*" e ministradas pelos técnicos regionais.

4.2. Gênero e acessibilidade

Os aspetos de género e, em particular o papel das mulheres, são considerados ao longo de toda a implementação do Método, incluindo nas fases iniciais de implementação.

Um **Referencial Prático para uma Abordagem Sensível ao Género**, assim como instrumentos de monitorização, existem para promover e monitorizar a participação das mulheres nas várias ações da Ação IG!D, com a criação de ferramentas, ações e dinâmicas específicas.

Relativamente a outros temas de inclusão social, como por exemplo a inclusão de pessoas com deficiência, são organizadas sessões de sensibilização com associações de pessoas com deficiência para disseminar o Método Djuntu e permitir que as associações sejam agentes multiplicadores do Método nas diferentes regiões. A Ação IG!D construiu rampas de acesso aos escritórios regionais, um vídeo sobre o Método em crioulo, dinamizou SE usando crioulo e língua locais, tudo para facilitar o processo de compreensão do Método.

Periodicamente foram organizados eventos de sensibilização relativamente aos temas de género e inclusão social de públicos vulneráveis, como por exemplo Djumbais Nacionais, sempre em parceria com organizações relevantes.



4.3. Parcerias estratégicas

As parcerias, nas suas diferentes tipologias, e através da participação dos múltiplos atores sociais, constituem um elemento fundamental para a efetiva implementação e sustentabilidade do Método.

As parcerias foram estabelecidas de forma orgânica, sempre que as partes demonstraram interesse em concretizar um objetivo comum. As oportunidades surgiram ao longo

do processo, sem uma estratégia previamente definida. Apesar de ter sido realizada uma avaliação geral das atividades, não foi implementado um processo formal de avaliação das parcerias.

Abaixo estão descritas as principais tipologias de parceiros essenciais a uma efetiva implementação do Método e a respetiva mais-valia para a Ação IG!D:

| # | Tipologia | Mais-valia |
|---|--------------------|---|
| 1 | Governos regionais | Os governos regionais garantem o envolvimento dos governos nos projetos financiados, a aproximação com as comunidades e o alinhamento dos projetos com metas nacionais e regionais. Contribuem também para divulgação das atividades do projeto. |
| 2 | Governo nacional | Para que os resultados se tornem efetivos é fundamental que seja feito, em simultâneo, um trabalho de proximidade e sinergia com o Poder Público. Foram feitas parcerias nomeadamente com o Ministério da Administração Territorial e Poder Local e o Ministério de Economia, Plano e Integração Regional. |
| 3 | Diáspora | A diáspora é uma importante força-motriz, não apenas pelas remessas enviadas pelos emigrantes, mas pelo investimento feito no desenvolvimento do país. Divulgação e estímulo à participação na Ação IG!D, nomeadamente através das redes sociais, utilizando o vídeo produzido. As organizações da diáspora têm uma maior facilidade em perceber a informação e passá-la para os membros da comunidade. As relações de confiança que têm na comunidade e a sua relevância local fazem com que a informação passe com uma maior força. |

| | | |
|---|--|---|
| 4 | Órgãos de comunicação social/ jornalistas; Rádios nacionais e comunitárias | Canalizar recursos e reforçar capacidade de sensibilização e comunicação sobre o projeto. |
| 5 | Agências das Nações Unidas (PNUD, etc.) e ONG | As agências das Nações Unidas e Organizações Não governamentais para o Desenvolvimento apoiam a implementação do projeto e garantem o alinhamento do projeto com estratégias de desenvolvimento local. O envolvimento coordenado com essas entidades é importante de forma a não duplicar recursos. |
| 6 | Régulos/ chefes locais/ chefes de tabanca | Os régulos possuem grande capacidade de colaboração e mobilização do tecido local. O envolvimento dos régulos fortalece a ação local e os aproxima das OBC e projetos locais. |
| 7 | Financiadores (União Europeia, outras agências) | Os financiadores garantem a implementação do projeto. Os financiadores podem exigir contrapartidas que devem ser consideradas na fase de preparação da implementação do projeto (avaliação externa, por exemplo.) |

Envolvimento da Diáspora

O trabalho realizado com a diáspora guineense mereceu um particular destaque no contexto das parcerias, e foi desenvolvido em duas fases:

FASE 1

a) Mapeamento das Organizações da Diáspora em conjunto com o apoio dos técnicos regionais, através de uma pesquisa de campo junto das comunidades apoiadas na Guiné-Bissau, pelas Organizações da Diáspora. À pesquisa de campo juntou-se a pesquisa de estudos e teses, consulta de base dados e listagem de organizações da diáspora publicadas por instituições credíveis, como o Alto Comissariado para as Migrações. Numa primeira fase foram identificadas 180

Organizações, sendo que o foco do mapeamento foi apenas de organizações da diáspora, com atividades realizadas a partir de 2016, na Guiné-Bissau;

b) Reuniões *online* com todas as organizações mapeadas (envio de ficha de identificação de iniciativas na Guiné-Bissau, às organizações; apoio personalizado no preenchimento das FIPS);

c) Das 180 Organizações inicialmente mapeadas desde o início da Ação, em 2019, menos de metade desenvolviam iniciativas ativas na Guiné-Bissau. A base de dados pública é atualizada sempre que uma nova organização é identificada e, atualmente, inclui cerca de 20 Organizações.

FASE 2

a) Foi realizado um estudo de **Mapeamento das Organizações da Diáspora Bissau-Guineense**, conduzido por uma consultoria externa, com o objetivo de identificar mais organizações, não apenas na Europa, mas também a nível global. O estudo permitiu identificar mais de 48 organizações, que foram integradas na base de dados. O objetivo foi apresentar um mapa atualizado das organizações da diáspora com atuação em todo o território da Guiné-Bissau (de 2016 a 2021), bem como um retrato detalhado das principais características das suas atividades e iniciativas de apoio ao desenvolvimento do país.

b) Foi criada a rede das organizações da diáspora através do website: <https://diasporagb.org/>. Este site disponibiliza uma listagem das organizações, com contactos atualizados, áreas e locais de intervenção, bem como informações úteis para as organizações. Inclui

ainda uma secção dedicada a promover a ligação virtual entre as organizações da diáspora e o governo da Guiné-Bissau, com referência ao site do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau.

Hoje a Rede está consolidada e as organizações promovem autonomamente reuniões entre si. Criaram a Plataforma da Diáspora Guineense, que pretende congrega e coordenar as ações destas organizações da diáspora guineense e promover iniciativas no país de origem e nos países de acolhimento, entre outras atividades.

Rede das Organizações da Diáspora bissau-guineense: A Ação IG!D em conjunto com as Organizações da Diáspora bissau-guineense, desenvolveu uma Rede que potencia a coordenação e a concertação das organizações da diáspora, para uma maior eficácia do investimento das mesmas no desenvolvimento da Guiné-Bissau.



c) Realização de 7 encontros com as Organizações da Diáspora, OBC e governo da Guiné-Bissau, 6 reuniões em formato virtual e 1 presencial. Inicialmente previstos como encontros presenciais, os eventos foram adaptados para o formato online devido às restrições impostas pela COVID-19. O formato online também permitiu uma mudança, apesar de um desafio inicial, revelou-se uma oportunidade para ampliar a participação, permitindo que um maior número de organizações se envolvesse de forma mais prática e acessível. Durante estes encontros virtuais, foi possível, por exemplo:

i) Fazer SE sobre as candidaturas, durante as quais os representantes das Organizações da Diáspora entraram em contacto e informaram os representantes locais dessas organizações na Guiné-Bissau, possibilitando-lhes também candidatar-se. Em alguns casos, foi através das Organizações da Diáspora que as OBC conheceram o Método *Djuntu*.

ii) Realizar ações de formação sobre o financiamento para as organizações que tinham representações na Guiné-Bissau.

d) Realização de uma conferência internacional presencial, na Guiné-Bissau "GUIÁSPORA – A diáspora bissau-guineense enquanto ator de desenvolvimento" para analisar e refletir sobre o papel da diáspora, com foco nas organizações da diáspora, no processo de desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau.

e) Estabelecimento de um contacto regular por email, com frequência mensal, apesar de cerca de 40% das organizações fazerem uso limitado deste meio de comunicação..

f) Estabelecimento de contactos regulares via WhatsApp. A melhor via de comunicação com as organizações da diáspora é o WhatsApp.

NOTA

- É essencial haver um/a técnico/a que seja o elo de ligação entre as organizações da diáspora e o GAP. É importante assegurar a continuidade do técnico/técnica de contacto, devendo privilegiar-se para essa função os/as jovens guineenses.
- O trabalho de mapeamento é bastante moroso, nomeadamente, porque muitos dos contactos estão desatualizados e é necessária a ajuda dos técnicos regionais e comunidade local para identificar os representantes das Organizações.

4.4. Monitorização e avaliação

A monitorização e avaliação conferiu aos gestores da Ação IG!D informações sobre a operação, os efeitos e as mudanças geradas pelas atividades realizadas. A monitorização e avaliação foram e devem ser realizadas com base numa na teoria da mudança ou de um quadro lógico, que são ferramentas estratégicas que mapeiam a sequência lógica de atividades, recursos, objetivos, resultados e impactos esperados. O uso estratégico dessas ferramentas permite que sejam recolhidas evidências do impacto e potencial do Método para ser replicado em outros contextos, assim como indicar correções de curso necessárias.

Com base nos impactos observados no terreno e no quadro lógico, foi desenvolvido um mapa de impacto que mostra os indicadores e instrumentos de avaliação utilizados para recolher a informação. É importante que os instrumentos de avaliação usados para a monitorização e avaliação não dupliquem instrumentos já utilizados noutros âmbitos da Ação. Ou seja, fichas de seguimento e/ outros formulários aplicados no terreno noutros contextos podem conter questões de impacto que devem ser inseridas e analisadas como dados de impacto.

Os dados de impacto fornecem informação que permitem que as atividades implementadas sejam balizadas com vista à maximização do impacto. Neste sentido, os dados de impacto são inseridos no Sistema de Informação de Projetos (SIP) e analisados de maneira atempada, de forma a garantir que a programação

seja retroalimentada pela informação recolhida e analisada.

Abaixo estão indicadas as principais mudanças observadas e que devem ser tidas em contas em futuros projetos. O mapa de impacto contém informação mais detalhada sobre os impactos avaliados, indicadores, questões, instrumentos e momentos de aplicação.

- Grande aprendizagem das OBC através do Método
- Aumento do empoderamento das comunidades (protagonismo)
- Aumento da valorização pessoal e sentimento de pertença dos membros das OBC à comunidade
- Aumento da responsabilização coletiva dos membros da comunidade
- Aumento da coesão comunitária (união para solucionar os problemas)
- Aumento da sustentabilidade das comunidades isoladas/ Sustentabilidade dos projetos, ações e programas
- Aumento das capacidades técnicas organizacionais/ desenvolvimento organizacional das OBC
- Aumento de capacidades técnicas específicas das OBC
- Sustentabilidade do impacto

5

**Sistema de
informação e
ferramentas de
suporte**

O capítulo 5, intitulado “Sistema de Informação e Ferramentas de suporte”, apresenta ferramentas cruciais para a Ação IG!D e que devem ser tidas em conta na implementação do Método. Em primeiro lugar, é abordado o Sistema de Informação do Projeto (SIP), um sistema operativo que utiliza conceitos de base de dados relacional para gerir a informação. Este sistema é composto por tabelas e visualizações que permitem um controlo eficiente da administração, registos, Método *Djuntu*, PPM, gestão do conhecimento e parcerias.

É também delineado o Sistema de Informação de Planos e Projetos (SIPP), uma plataforma online que visa registar e relacionar as iniciativas de desenvolvimento comunitário, com os objetivos dos Planos de Desenvolvimento, permitindo avaliar o seu impacto nos planos. O SIPP não só aumenta a visibilidade do trabalho das OBC, mas também atua como um repositório histórico das iniciativas de desenvolvimento local na Guiné-Bissau, tornando possível ligá-las aos PDL. O capítulo também menciona outros recursos utilizados no contexto da Ação IG!D.

5.1. Sistema de Informação do Projeto (SIP)

O Sistema de Informação do Projeto (SIP) é um sistema operativo que permite gerir informação e bases de dados do IG!D. O SIP utiliza conceitos de bases de dados relacionais para poder gerir a informação por meio de consultas e relatórios. O sistema é composto por tabelas e visualizações que permitem ter um bom nível de controlo sobre a administração, os registos, o Método *Djuntu*, os PPM, a gestão do conhecimento e parcerias.

O menu do SIP está dividido entre vários eixos (Registo, GAP/Método *Djuntu*, PPM, Conhecimento e Administração), e alertas.

O SIP renovado é usado para orientar as decisões estratégicas, potencializando a possibilidade de

pesquisas cruzadas para ajuda à decisão, através de formação para criação de “queries” do SQL SERVER.

O SIP é uma ferramenta necessária para uma efetiva e eficaz gestão de projetos comunitários com grande volume de candidaturas e é, nomeadamente, fundamental na fase de avaliação, uma vez que automatiza o processo. O SIP também é inovador no contexto de cooperação entre parceiros pois habitualmente não se utilizam sistemas unificados de gestão, apenas de monitorização.

O sistema permite que as informações sejam analisadas de forma eficiente e cruzada através de alertas específicos que podem ser programados com base em

indicadores de monitorização pré-definidos.

Abaixo estão descritas as questões estratégicas que podem ser extraídas com base na informação do SIP:

| # | Questões estratégicas a serem extraídas do SIP para tomada de decisão estratégica |
|----|--|
| 1 | Disseminação do método: dispersão geográfica / número de OBC desagregado por região e setor |
| 2 | Disseminação do método: nível de representatividade dos atores intervenientes / quantidade de homens, mulheres e jovens participantes na fase de diagnóstico das iniciativas |
| 3 | Disseminação do método: N° de cidadãos que receberam informação sobre as ações do projeto, desagregado por região, sexo e faixa etária |
| 4 | Disseminação do método: avaliação da satisfação dos participantes sobre as ações de diálogo realizadas |
| 5 | Sessão de esclarecimento e sessões extra: número de participantes das sessões (desagregado por região, sexo e faixa etária) |
| 6 | Sessão de esclarecimento e sessões extra: avaliação da satisfação dos participantes quanto as sessões de esclarecimento e sessões extra |
| 7 | Sessão de esclarecimento e sessões extra: formação de TRs que facilitam sessões de esclarecimento e sessões extra: local, data e número de participantes |
| 8 | Formação para preenchimento das FIPS: número de participantes das sessões (desagregado por região, sexo e faixa etária) |
| 9 | Formação para preenchimento das FIPS: avaliação da satisfação dos participantes quanto as sessões para preenchimento das FIPS |
| 10 | Aplicação do método (FIPS e candidatura): número de participantes nas sessões de preenchimento das FIPS (desagregado por região, sexo e faixa etária) |
| 11 | Pedido de entrega de propostas: número de iniciativas no pedido de agendamento |
| 12 | Pedido de entrega de propostas: número de iniciativas no pedido de agendamento com qualidade satisfatória |
| 13 | Avaliação e pré-seleção das propostas: número de iniciativas que superam a fase de Avaliação |
| 14 | Avaliação e pré-seleção das propostas: quantidade de propostas com avaliação em suspenso devido à falta de informações |
| 15 | Verificação no terreno: quantidade de participantes na sessão de verificação (desagregado por sexo, faixa etária e região) |
| 16 | Verificação no terreno: número de iniciativas que superam a fase de Verificação no Terreno |
| 17 | Relatório automático dos resultados da avaliação das propostas (desagregado por região): local, data, meio de notificação (ex. Placard, WhatsApp, etc.) dos resultados para cada proposta |

| | |
|----|--|
| 18 | Notificação dos resultados da avaliação das propostas: pontuação técnica (de 0 a 20 valores), avaliação no terreno (positiva ou negativa) e resultado final (selecionado ou não selecionado) obtido |
| 19 | Assinatura do Contrato: número de propostas contratualizadas |
| 20 | Assinatura do contrato: número de propostas contratualizadas por OBC que participaram das formações |
| 21 | Capacitação das OBC e capacitação extra: número de participantes nas capacitações (desagregado por região, sexo e faixa etária) |
| 22 | Capacitação das OBC e capacitação extra: avaliação da satisfação dos participantes quanto as capacitações |
| 23 | Operacionalização dos projetos: número de iniciativas de coletivos de cidadãos organizados apoiadas, desagregado por região. |
| 24 | Visita final: avaliação da satisfação das comunidades com o processo de implementação das iniciativas pelos coletivos de cidadãos (desagregado por região). |
| 25 | Missão de seguimento. ficha de seguimento: documentos financeiros e administrativos verificados a cada visita |
| 26 | Missão de seguimento. Parecer final do técnico responsável pela visita |
| 27 | Apoio Extra. número de apoios-extra concedidos aos coletivos de cidadãos organizados, desagregado por região de intervenção |
| 28 | Apoio Extra. Avaliação do técnico para autorização do apoio extra para cada projeto |
| 29 | Fecho das propostas e relatório final. |
| 30 | Mecanismo de reclamação (sistema SER). número de sugestões, elogios e reclamações recebidos (agregado e desagregado) |
| 31 | Mecanismo de reclamação (sistema SER). parecer/encaminhamento dado a cada uma das sugestões, elogios e reclamações recebidas |
| 32 | Recursos Humanos. Informações sobre colaboradores do IGD (nome, cargo, data de contratação, formação contínua; avaliação de desempenho), desagregado por região, sexo e faixa etária |
| 33 | Trabalho com a Diáspora. Lista de nomes e contatos de organizações e elementos-chave da Diáspora. |
| 34 | Trabalho com a Diáspora. Minutas de reuniões entre o IDG! E integrantes da Diáspora |
| 35 | Parcerias locais. Lista de nomes e contatos de organizações e elementos estratégicos para o IGD. |
| 36 | Parcerias locais. Minutas de reuniões entre o IDG! e parceiros locais |
| 37 | Parcerias locais. Avaliação da satisfação dos participantes sobre as ações de diálogo |
| 38 | Gestão do impacto. Grande aprendizagem através da aplicação do método |
| 39 | Gestão do impacto. Aumento do empoderamento das comunidades (protagonismo) |
| 40 | Gestão do impacto. Aumento da valorização pessoal e sentimento de pertença à comunidade (a sua opinião é tida em conta pela comunidade) |
| 41 | Gestão do impacto. Aumento da responsabilização coletiva (têm um papel de médio e longo prazo na implementação de projetos na sua comunidade) |
| 42 | Gestão do impacto. Aumento da coesão comunitária (união para solucionar os problemas) |

| | |
|----|--|
| 43 | Gestão do impacto. Aumento da sustentabilidade das comunidades isoladas (algumas nunca tinham participado em processos de financiamento) - Sustentabilidade dos projetos, ações e |
| 44 | Gestão do impacto. Aumento das capacidades técnicas organizacionais/ desenvolvimento organizacional. |
| 45 | Gestão do impacto. Aumento de capacidades técnicas específicas |
| 46 | Gestão do impacto. Sustentabilidade do impacto |
| 47 | Recomendações: status das recomendações aprovadas |

Através de módulos separados (SIP GAP e SIP Contabilidade), o SIP também regista:

- Todos os contratos de Projetos do GAP/Método *Djuntu*, inclusive as tranches e condições

de pagamento dos contratos assinados;

- Todos os contratos laborais – motoristas, prestadores de serviços externos, e equipa.

5.2. Sistema de Informação de Planos e Projetos (SIPP)

O Sistema de Informação de Planos e Projetos, ou SIPP (<http://sipp.gw/>) é uma plataforma online que pretende registar e relacionar as iniciativas de desenvolvimento comunitário, com os objetivos dos PDL, no intuito de verificar a pertinência que estas iniciativas têm sobre os planos. O SIPP permite dar mais visibilidade

ao trabalho das OBC, mas também servir como uma plataforma online de repositório histórico de iniciativas de desenvolvimento local na Guiné-Bissau e que permite relacioná-las com os PDL.

Anexos

Anexos

Os documentos relevantes ao Método *Djuntu* estão disponíveis em:

- **Sistema de Informação de Planos e Projetos:**

<https://sipp.gw/>

- **Plataforma *Djuntu***

<https://djuntu.org/>

- **Produtos do landa Guiné! *Djuntu*:**

<https://www.imvf.org/project/ianda-guine-djuntu/>





Um programa da União Europeia
Ação implementada pelo IMVF

Exoneração de responsabilidade

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.



www.imvf.org



info@imvf.org



[/imvfongd](https://www.facebook.com/imvfongd)



[@imvf](https://twitter.com/imvf)



[@imvfongd](https://www.instagram.com/imvfongd)



[/institutovalleflor](https://www.youtube.com/institutovalleflor)